

SEGUNDO CICLO DE ESTUDOS

CRIMINOLOGIA

Maternidade na prisão: uma análise qualitativa das perceções dos técnicos de reeducação

Ana Júlia Araújo Nogueira

M

2024

Dissertação apresentada à Faculdade de Direito da Universidade do Porto
para obtenção do grau de Mestre em Criminologia elaborada sob orientação
da Professora Doutora Gilda Dias Santos



RESUMO

Os estudos sobre a maternidade na prisão tem sido alvo de crescente atenção por parte dos acadêmicos, contudo, são ainda escassos os estudos empíricos que exploram as percepções dos profissionais que trabalham diretamente com essa população, especificamente, os técnicos de reeducação. Assim, se mostra necessário compreender as percepções dos técnicos de reeducação que desempenham funções em estabelecimentos prisionais femininos, onde se encontram reclusas e os seus filhos, quanto à influência da maternidade neste contexto. Neste sentido, a presente investigação teve como objetivo explorar as perspectivas e as experiências dos técnicos de reeducação que desempenham funções em estabelecimentos prisionais femininos, onde se encontram reclusas e os seus filhos, analisando as suas percepções quanto à influência da maternidade neste contexto para o cumprimento da pena, especificamente no que respeita ao processo de adaptação ao ambiente prisional, explorando, também, as percepções relativas ao impacto desta experiência para as crianças. Para alcançar este objetivo, foi desenvolvido um estudo qualitativo que envolveu a realização de entrevistas semiestruturadas com 9 técnicas de reeducação. Os principais resultados demonstram que, no que respeita ao processo de adaptação das reclusas ao estabelecimento prisional, as profissionais percebem os filhos das reclusas como promotores de um comportamento mais ajustado e um melhor cumprimento das normas institucionais. Acresce que as participantes reconhecem que a maternidade incentiva as reclusas a buscar estabilidade e um futuro melhor, enquanto outras não consideraram a maternidade como principal fator de mudança, a literatura corrobora com essa dualidade, indicando que a maternidade pode ser um fator motivacional, mas de forma isolada não é suficiente para catalisar essa mudança. Em relação aos programas e tarefas laborais, as participantes enfatizaram a importância de iniciativas voltadas para a promoção da parentalidade. Quanto à rotina das crianças dentro do estabelecimento prisional, constatou-se que as profissionais a percebem como sendo estruturada para garantir uma vida o mais normal possível, minimizando os impactos psicológicos negativos da permanência no estabelecimento prisional. Por fim, as narrativas das participantes permitem perceber que o trabalho desempenhado por elas é muito complexo e desafiador, especialmente ao ter que lidar com as questões emocionais dessas reclusas e também administrar as tarefas que muitas vezes estão além das suas funções. Estes resultados são interpretados e discutidos à luz da literatura científica. Adicionalmente, são apontadas as principais limitações do estudo, procurando-se avançar com pistas para investigações futuras.

Palavras-chave: maternidade; estabelecimento prisional; técnicos de reeducação; adaptação; metodologias qualitativas.

ABSTRACT

Studies on motherhood in prison have garnered increasing attention from scholars; however, empirical research exploring the perceptions of professionals who work directly with this population, specifically reeducation technicians, remains limited. Therefore, it is essential to understand the perceptions of reeducation technicians working in women's prisons, where inmates and their children are housed, regarding the influence of motherhood in this context. In this sense, the present research aimed to explore the perspectives and experiences of reeducation technicians working in women's prisons, analyzing their perceptions of the influence of motherhood in this context for sentence fulfillment, particularly concerning the adaptation process to the prison environment. The study also explored perceptions regarding the impact of this experience on the children. To achieve this objective, a qualitative study was conducted, involving semi-structured interviews with nine reeducation technicians. The main results showed that, regarding the inmates' adaptation process to the prison establishment, professionals perceive the inmates' children as promoters of more adjusted behavior and better compliance with institutional norms. Additionally, the participants acknowledged that motherhood encourages inmates to seek stability and a better future, while others did not consider motherhood the main factor for change. The literature supports this duality, indicating that motherhood can be a motivational factor but is not sufficient on its own to catalyze such change. Concerning programs and work tasks, the participants emphasized the importance of initiatives aimed at promoting parenting. As for the children's routine within the prison establishment, the professionals perceive it as structured to ensure as normal a life as possible, minimizing the negative psychological impacts of being in prison. Finally, the participants' narratives reveal that their work is very complex and challenging, especially when dealing with the emotional issues of the inmates and managing tasks that often go beyond their job descriptions. These results are interpreted and discussed in light of the scientific literature. Additionally, the study's main limitations are pointed out, and suggestions for future research are provided.

Keywords: maternity; prison; prison staff; adaptation; qualitative methodologies.

AGRADECIMENTOS

Assim como grande parte dos sonhos que concretizei, começar um mestrado em outro país foi um sonho que partiu de mim, mas foi acolhido por inúmeras pessoas ao meu redor, as quais desejavam, acima de tudo, me ver feliz. De antemão, agradeço a todos aqueles que de alguma forma influenciaram essa jornada. Infelizmente, a limitação de espaço não me permite citar um por um. Mas saibam que este sonho só se tornou realidade porque foi sonhado junto.

Primeiramente, gostaria de agradecer à minha Orientadora, Professora Gilda Santos. Serei eternamente agradecida por todo suporte durante essa jornada, por ter acreditado em mim, pela motivação que me deu nos momentos em que eu achava que não iria conseguir, por todo o conhecimento passado e por todas as críticas construtivas que me trouxeram até aqui.

Gostaria, também, de expressar a minha gratidão a todos aqueles que contribuíram para a realização desta investigação. Dirijo um especial agradecimento à Adjunta da Diretora do Estabelecimento Prisional de Santa Cruz do Bispo – Feminino, Dra. Carlota Castro, a Diretora do Estabelecimento Prisional de Santo Tirso, Dra. Maria João Figueiredo pela simpatia, generosidade, atenção e disponibilidade com que me acolheram. E não poderia deixar de agradecer a todas as técnicas de reeducação pela confiança e por terem disponibilizado um bocadinho do seu tempo para participar neste estudo,

Agradeço a minha mãe, Júlia, que não pôde realizar os seus sonhos, mas me deu suas próprias asas para que eu voasse alto e realizasse os meus sonhos. Agradeço ao meu pai, Jean, por sempre ter sido minha maior motivação e por sempre ter acreditado em mim.

Agradeço a toda a minha família, particularmente à minha avó Arlete por seu amor incondicional e por sua intercessão junto a Deus e a Nossa Senhora. E a minha madrinha, Cecília, pela amizade e pelo apoio.

Agradeço ao Elmir, por toda paciência, cuidado, amor e companheirismo sempre.

Agradeço a todos meus amigos, especialmente meu grupo querido: Maria Eduarda, Ruan, Juninho e Thaila, por toda a força e por se fazerem presentes mesmo com a distância. Agradeço também à Heloísa e a Brunna, minhas primeiras amigas em Portugal e companheiras do mestrado, vocês tornaram essa jornada mais feliz.

ÍNDICE

| | |
|---|-----------|
| INTRODUÇÃO..... | 1 |
| CAPÍTULO I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO..... | 3 |
| 1. Experiência da maternidade na prisão..... | 3 |
| 1.1 A construção social da maternidade..... | 3 |
| 1.2 Experiências da maternidade na prisão..... | 4 |
| 1.3 Programas e estratégias do sistema de justiça voltados para reclusas mães e seus filhos..... | 7 |
| 2. Ser criança na prisão..... | 11 |
| 2.1 Possibilidade de permanência da criança dentro do estabelecimento prisional..... | 11 |
| 2.2 Estratégias e programas utilizados para a proteção dos direitos das crianças..... | 14 |
| 2.3 Percepções dos técnicos de reeducação sobre o relacionamento das mães com os filhos..... | 16 |
| 3. O trabalho dos técnicos de reeducação com mulheres reclusas e seus filhos..... | 16 |
| 3.1 Caracterização do papel do agente penitenciário..... | 16 |
| 3.2 Especificidades no trabalho com reclusas mães e seus filhos..... | 18 |
| CAPÍTULO II – METODOLOGIA..... | 21 |
| 1. Desenho de investigação..... | 20 |
| 2. Objetivos..... | 20 |
| 3. Questões de investigação..... | 22 |
| 4. Constituição da amostra..... | 23 |
| 5. Instrumentos de recolha de dados..... | 25 |
| 5.1 Questionário sociodemográfico..... | 25 |
| 5.2 Entrevista semiestruturada..... | 25 |

| | |
|--|-----------|
| 6. Procedimentos de recolha de dados..... | 27 |
| 7. Procedimentos de análise de dados..... | 29 |
| 7.1 Análise de estatística descritiva..... | 29 |
| 7.2 Análise temática..... | 29 |
| CAPÍTULO III – RESULTADOS..... | 31 |
| 1. Significados atribuídos ao trabalho enquanto técnica de reeducação..... | 31 |
| “O que para mim significa ser técnica de reeducação” | 31 |
| 2. Maternidade na prisão: processo de adaptação e desafios..... | 32 |
| <i>Processo de adaptação das reclusas mães: rotinas, comportamentos e relacionamentos.....</i> | <i>33</i> |
| <i>Estratégias de reintegração: motivação, preparação para a saída e a importância das atividades durante o cumprimento da medida.....</i> | <i>39</i> |
| 3. Ser-se criança no estabelecimento prisional..... | 43 |
| <i>Rotina das crianças dentro do estabelecimento prisional.....</i> | <i>43</i> |
| <i>Benefícios ou limitações da permanência das crianças no Estabelecimento Prisional.....</i> | <i>46</i> |
| <i>Processo de preparação para a saída das crianças.....</i> | <i>48</i> |
| 4. A importância do acompanhamento técnico..... | 49 |
| <i>Experiência e rotina de trabalho no acompanhamento das reclusas e seus filhos.....</i> | <i>50</i> |
| <i>Formação e experiência profissional dos técnicos de reeducação.....</i> | <i>54</i> |
| CAPÍTULO IV – DISCUSSÃO DOS RESULTADOS..... | 56 |
| <i>Contributos, limitações e pistas para investigações futuras.....</i> | <i>61</i> |
| BIBLIOGRAFIA..... | 64 |
| ANEXOS..... | 74 |
| Anexo I: Guião de entrevista semiestruturada..... | 74 |

| | |
|--|----|
| Anexo II: Consentimento Informado..... | 77 |
| Anexo III: Questionário Socio demográfico..... | 80 |

ÍNDICE DE TABELAS

| | |
|--|----|
| Tabela 1: Caracterização sociodemográfica da amostra..... | 24 |
|--|----|

INTRODUÇÃO

O presente estudo teve como principal objetivo explorar a perspectiva e as experiências dos técnicos de reeducação que desempenham funções em estabelecimentos prisionais femininos, onde se encontram reclusas e os seus filhos, analisando as suas perceções quanto à influência da maternidade neste contexto para o cumprimento da pena, especificamente no que respeita ao processo de adaptação ao ambiente prisional, explorando, também, as perceções relativas ao impacto desta experiência para as crianças.

O sistema de justiça criminal normalmente se concentra apenas na responsabilidade individual das reclusas. Contudo, quando essas reclusas também são mães, é importante reconhecer que sua pena privativa de liberdade também afeta a vida familiar dessas mulheres. Ignorar a condição de que essas mulheres estão inseridas em redes sociais e familiares, relacionamentos, responsabilidades e, em geral, que desempenham um papel de cuidadoras primárias de seus filhos dependentes não reflete a realidade (Caddle & Crisp, 1997). Diversos estudos indicam a importância que as mulheres atribuem à maternidade, revelando altos níveis de preocupação das mulheres infratoras com o bem-estar dos filhos e a angústia de perder a guarda dos filhos (Baunach, 1985; Baker & Carson, 1999).

Nesse sentido, parte da responsabilidade pelo sucesso do tratamento efetuado pela prisão é transferida aos servidores do sistema penitenciário, à equipa técnica e aos agentes penitenciários (Wolff, 2005). Para isso, diversos estabelecimentos prisionais femininos utilizam de estratégias penitenciárias que têm como objetivo identificar a necessidade de reduzir a delinquência e a reincidência das mulheres, levando em consideração às suas necessidades específicas de género, incluindo as responsabilidades como principais cuidadoras dos seus filhos (Walker, 2018).

Uma das formas de alcançar esses objetivos é através de programas residenciais para mães e filhos na prisão, estes programas deverão promover a manutenção ou o estabelecimento de laços e relações entre as mães e os seus filhos, diminuir o impacto da detenção da mãe no(s) seu(s) filho(s), permitir a formação de laços entre a mãe e o filho durante os primeiros três anos de vida e reduzir o trauma para os filhos de pais presos, além de promover a reabilitação eficaz das mães e a reintegração bem sucedida na comunidade após a libertação, tanto das reclusas, como das crianças (Loy, 2000). Para isso, as prisões devem fornecer treinamentos para que os membros da equipe compreendam melhor as necessidades dessas mulheres (Van Voorhis et al., 2010). Os treinamentos devem ser voltados para o trabalho com as mulheres reclusas que

possuem filhos, levando em consideração as particularidades que as mulheres possuem, como questões relacionadas a parentalidade e saúde mental (Wolff, 2005).

Assim, a presente dissertação estrutura-se em quatro capítulos principais que se desdobram em diferentes seções. No primeiro capítulo é apresentada uma revisão da literatura sobre a maternidade na prisão, com enfoque no processo de adaptação das reclusas mães ao estabelecimento prisional e motivação para a mudança, no impacto da experiência de permanência no estabelecimento prisional para as crianças e no acompanhamento técnico que é dirigido a estas populações.

O segundo capítulo é dedicado à descrição da metodologia utilizada neste estudo. Inicialmente, são apresentados os objetivos e as questões de investigação que orientam esta pesquisa. Em seguida, detalham-se as opções metodológicas adotadas, incluindo a abordagem qualitativa, os procedimentos de constituição da amostra e os critérios de seleção que orientaram o mesmo, os instrumentos e procedimentos para a coleta de dados, bem como os métodos de análise dos dados, especificamente a análise de estatística descritiva, com vista à caracterização da amostra, e a análise temática, cujas etapas guiaram a análise das entrevistas realizadas.

No terceiro capítulo são apresentados os principais resultados obtidos a partir da análise das entrevistas semiestruturadas, destacando-se quatro temas principais: os significados atribuídos ao trabalho enquanto técnica de reeducação; a maternidade na prisão: o processo de adaptação e desafios; o ser-se criança no estabelecimento prisional e a importância do acompanhamento técnico.

Finalmente, o quarto capítulo destina-se a discutir os resultados à luz da literatura teórica e empírica relacionada ao fenômeno estudado. A dissertação é encerrada com uma reflexão sobre os principais contributos e limitações da pesquisa, além de sugestões para futuras investigações.

CAPÍTULO I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1. Experiência da maternidade na prisão

1.1 A construção social da maternidade

É amplamente reconhecido que o papel principal das mulheres sempre foi o de cuidadora das crianças, mas, na realidade, foi somente no século XIX que a maternidade se tornou a principal ocupação das mulheres (Margolis, 1985). Atualmente, a sociedade ainda considera a maternidade como central para a identidade feminina (Kelly, 2009). A maternidade continua a ser vista principalmente como uma identidade pela qual todas as mulheres lutam, uma condição natural para uma mulher e uma norma inquestionável de feminilidade (Gillespie, 2000).

O discurso pró natalista continua a ser um dos principais organizadores da identidade feminina, mostrando a forma como as ideologias da maternidade têm sido sustentadas ao longo do desenvolvimento social, político e cultural. Os discursos sobre a maternidade não afetam apenas as mães, mas têm impacto sobre todas as mulheres (Gillespie, 2000). Bailey et al. (2002), em seu estudo, argumentam que as mulheres, quer sejam mães ou não, estão constantemente situadas neste discurso e são julgadas pelas suas atitudes e comportamentos relativamente à maternidade. Embora algumas das especificidades se tenham alterado, o discurso naturalista mantém-se, especialmente nos pressupostos populares da maternidade.

Dessa forma, estar grávida na sociedade ocidental é assumir uma identidade que, acima de tudo, simboliza a realização plena (Graham, 1976; Rossiter, 1988). Dessa forma, a gravidez é uma experiência corporal que desafia as suposições sobre integração corporal, limites e singularidade (Fawcett, 1977), e esse período de duplicação corporal coloca em questão muitas crenças básicas da mulher sobre a identidade pessoal, reforçando a necessidade de uma concepção revisada do eu (Johnson, 2000).

O pensamento materno surge da prática da maternidade, que é uma atividade socialmente construída, moldada por normas e valores culturais. A maternidade não é apenas uma função biológica, mas um conjunto de práticas que são aprendidas, sustentadas e transformadas num contexto social (Ruddick, 2009). Nesse sentido, a maternidade é moldada por expectativas e pressões sociais que definem o que significa ser uma "boa mãe". Estas construções impõem frequentemente padrões e papéis rígidos às mulheres, ditando a forma como devem pensar, sentir e atuar nas suas capacidades maternas (Ruddick, 2009).

Pesquisas recentes que analisam a maternidade a partir das perspectivas das próprias mães, e reconhecem a interdependência das necessidades das mães e dos filhos, começaram a

conceituar as mães em relação às estruturas e aos processos sociais. Dessa tendência emergem dois conceitos principais de maternidade: o de que a maternidade é uma construção social de perfeição impossível que é internalizada por todas as mães, e uma abordagem psicodinâmica que trabalha a maternidade como um estado ambivalente resultante do fracasso da sociedade em legitimar uma série de sentimentos maternos (Woodward, 2003).

Nesse sentido, ser mãe é frequentemente considerado como o destino e a realização final das mulheres, onde espera-se que todas as mulheres queiram ser mães ou que se justifiquem se não tiverem filhos (Phoenix & Woollett, 1991). Nessa visão da maternidade, existe um conjunto de ideais, normas e práticas caracterizado sobretudo pela crença de que a maternidade é o papel mais importante e gratificante que uma mulher pode ter. Enfatiza a ideia de que as mães devem ser abnegadas, infinitamente dedicadas e capazes de gerir com facilidade tanto as necessidades dos seus filhos como as suas próprias aspirações (Douglas & Michaels, 2005). Espera-se que as mulheres ofereçam amor incondicional e instintivamente o melhor cuidado para seus filhos, mesmo na ausência de qualquer tipo de apoio (Benoit, Parker & Zeanah, 1997). Essas expectativas também são a base do estereótipo de que as mães são plenamente satisfeitas e realizadas, e conseguem criar vínculos naturais com seus bebês no nascimento, tornando-se dedicada e protetora a partir de então (Phoenix & Woollett, 1991).

Esses estereótipos são desafiados por uma quantidade significativa de evidências que demonstram que, embora a maternidade possa de fato ser gratificante, também pode ser uma experiência difícil para muitas mulheres (Boulton, 1982; Oakley & Chamberlain, 1981). A idealização da maternidade cria estereótipos de mães como naturalmente carinhosas, nutridoras, altruístas e sábias, negando a possibilidade de que elas possam sentir qualquer ambivalência em relação ao seu papel. Entretanto, o estereótipo da mãe perfeita é, obviamente, impossível de ser seguido, mesmo nas circunstâncias mais privilegiadas e favoráveis (Woodward, 1997).

1.2 Experiências da maternidade na prisão

Os efeitos das características e circunstâncias únicas das mulheres infractoras tem sido uma temática cada vez mais explorada (Belknap, 2020). Alguns destes estudos consideram, especificamente, os efeitos de ser mãe na prisão, pois, mais frequentemente do que os homens, as mulheres são as principais progenitoras das crianças no momento da condenação (Glaze & Maruschak, 2016), e após o cumprimento da pena, essas mulheres planeiam voltar a estar junto aos seus filhos (Dodge & Pogrebin, 2001; Richie, 2001).

Dentro da prisão, a maternidade e a identidade materna são muito valorizadas entre essas mulheres, muitas das quais são profundamente estigmatizadas e não têm outros papéis ou identidades socialmente valorizadas (Shamai & Kochal, 2008; Moe & Ferraro, 2007; Geiger & Fischer, 2003; Martin, 1997; Barnes & Stringer, 2014). Isso porque, a entrada na prisão não apenas contraria os estereótipos de gênero, mas também compromete a percepção de ser uma "boa" mãe segundo padrões hegemônicos. Nesse sentido, assumir o papel de mãe na prisão apresenta um conjunto único de desafios onde, mesmo antes da reclusão, as mães já se encontram submetidas a expectativas de gênero relacionadas com a maternidade em geral (Enos, 2001).

Nessa lógica, a relação entre mulheres, prisão e os aspectos de gênero no contexto do encarceramento têm sido amplamente pesquisados (e.g., Heidensohn et al., 1977; Worrall, 2002; McIvor, 2004). Os estudos nesse campo tendem a se concentrar nas diferentes maneiras pelas quais homens e mulheres são tratados pelo sistema de justiça criminal (Walklate, 2013; Carlen, 2002; Gelsthorpe, 2004) e em como homens e mulheres podem vivenciar a custódia de maneira diferente (Carlen, 2021; Padel & Stevenson, 1988; Caddle & Crisp, 1997; Devlin, 1998). Por exemplo, Carlen (1998) argumenta que as mulheres possuem necessidades físicas e biológicas diferentes das dos homens, além de necessidades sociais diferentes devido aos seus papéis familiares e necessidades culturais distintas em razão do significado atribuído à sua prisão pela sociedade em geral. Apesar dessas especificidades, tem sido dada pouca prioridade aos serviços específicos de gênero para as mulheres dentro das prisões, especialmente aos serviços que tratam de trauma e abuso, distúrbios psicológicos e necessidades que crianças e as famílias dessas mulheres possuem (Gelb, 2003; Cunneen et al. 2016).

Durante o cumprimento da pena, as mães enfrentam diversos desafios, incluindo a superação de obstáculos estruturais e familiares para manter contacto com os filhos e navegar na vida prisional exigindo, muitas vezes, que as mulheres reconstruam as suas identidades como mães enquanto tentam desempenhar papéis parentais atrás das grades (Enos, 2001). Assim, é provável que haja algum tipo de impacto emocional e, conseqüentemente, necessidade de gerenciamento emocional, tanto por parte das outras pessoas, quanto por parte dos profissionais do sistema prisional (Pryce, 2015).

Neste sentido, é importante observar que nem todas as mulheres presas são iguais, na verdade, nem todas as mães são iguais, e essas mães vivenciam a separação de seus filhos de maneiras diferentes (Rowe, 2011). Por exemplo, um conjunto de literatura interdisciplinar tem referido, de forma consistente, que a prisão pode afetar principalmente as mulheres mais vulneráveis. Essas mulheres geralmente estão mais sujeitas a elevados graus de privação

econômica e social como a pobreza, baixos níveis de acesso a educação, falta de habitação adequada, possuem antecedentes criminais, e já sofreram violência física e/ou sexual, tiveram envolvimento com abuso de substâncias, problemas de saúde mental e também vivenciam uma maternidade solo (Carlen, 1998; Comissão Europeia, 2005).

Nesta senda, um tema recorrente em estudos sobre a identidade materna na prisão é a questão da vergonha e da auto culpa versus a transformação pessoal. Para a maioria dessas mulheres, a experiência da prisão, embora dolorosa, pode contribuir para melhorar o funcionamento materno, com base na autopercepção da identidade materna após a libertação (Shamai & Kochal, 2008). Shamai e Kochal (2008) descrevem um processo que chamam de “tornar-se mãe” na prisão, de acordo com esse modelo, ao entrar na prisão, as mulheres reconhecem seu papel e identidade como mãe e, durante o período na prisão, tentam “consertar” a sua experiência, oscilando entre um sentimento de esperança e fracasso, mantendo ou evitando o contato com os filhos, criando mudanças e reparando sua identidade materna. Nesse contexto, as mulheres que enfrentam a possibilidade de se separarem de seus bebês recém-nascidos geralmente sentem medo, ficam deprimidas e precisam administrar esses sentimentos dentro das normas de emoções estereotipadamente masculinas da prisão (Laws & Crewe, 2016).

Algumas mães podem encarar a prisão como um lugar seguro, um lugar para se tornarem livres de substâncias e para adotarem uma perspectiva mais motivada para obter sucesso, para si mesmas e para seus filhos (O’Malley & Devaney, 2015). No entanto, a maioria das mães, incluindo aquelas que permanecem em contacto com seus filhos, também vivenciarão a prisão como uma experiência traumática, desafiadora, prejudicial e profundamente dolorosa (Datesman & Cales, 1983). As mães entram na prisão em desvantagem, julgadas, excluídas e, na maioria das vezes, em sofrimento (Baldwin, 2018). A angústia materna, incluindo sentimentos de dor, apreensão e subjugação, é comum entre as mulheres grávidas (Wismont, 2000), e as mães encarceradas são frequentemente consumidas pela culpa (Arditti & Few, 2008; Benedict, 2009) e/ou por outros sentimentos e emoções negativas (Benedict, 2009), principalmente devido à perda de contacto com os filhos. As consequências mais graves para a vida familiar incluem a estigmatização, problemas matrimoniais e a perda de laços familiares (Western & Wildeman, 2009).

Entretanto, independentemente de como essas mulheres se sentem, das questões de custódia dos filhos e da situação socioeconômica, essas mulheres precisam reconstruir seu papel materno durante o encarceramento e, no mesmo contexto em que as mães diferem em seus esforços para se construírem como boas mães no mundo livre, as mães presidiárias

construirão a sua própria ideia de “ser mãe” na prisão com uma variedade de ideias sobre o que constitui ser uma boa mãe, juntamente com uma série de estratégias para realizá-la (Enos, 2011). Logo, facilitar e apoiar a maternidade e o contacto materno a partir da prisão não só beneficiaria as mães na manutenção dos relacionamentos mãe e filho, mas também poderia trazer benefícios para a família e a sociedade em geral. Nesse sentido, as mães descreveram como o apoio materno positivo poderia ser um fator significativo em relação a administrar com sucesso seu tempo dentro da prisão (Pryce, 2015).

Os relacionamentos interpessoais que as reclusas possuem também é um tema explorado pela literatura, pois quando surgem dificuldades nas relações entre as mães e os prestadores de cuidados aos filhos, há menos contacto entre mãe e filho, gerando mais sofrimento para as mães (Poehlmann, 2005). Por exemplo, ter um bom relacionamento com os cuidadores provisórios das crianças, manter um contato regular com a família e ter a expectativa de ter a custódia dos filhos ao sair da prisão previram melhorar a identidade materna em um estudo com 288 mulheres em uma das prisões femininas mais antigas dos Estados Unidos (Barnes & Stringer, 2014). Da mesma forma, fortalecer o papel de mãe e estar com os filhos são estratégias de enfrentamento adaptativas, pois a capacidade das mães encarceradas em manter sua autoridade está diretamente ligada ao apoio recebido dos cuidadores das crianças (Celinska & Siegel, 2010).

Esses relacionamentos íntimos e o contato com amigos e familiares são fatores importantes para evitar que as mulheres cometam outros crimes e também para promover uma reintegração bem sucedida após a soltura (Flynn, 2014). Além disso, dentro da prisão, o acesso ao apoio da família e a outras pessoas fora da prisão, como advogados, defensores, e outros profissionais, é essencial para que todo o processo até a saída corra bem. A importância desse apoio e o acesso diferenciado das mulheres a ele reproduzem as desigualdades estruturais de fora da prisão, pois as mulheres que não têm acesso ao apoio familiar dependem muito do bem-estar social e de organizações não governamentais para obter ajuda material e prática (Rowe, 2014).

1.3 Programas e estratégias do sistema de justiça voltados para reclusas mães e seus filhos

Sendo a prisão uma instituição historicamente centrada nos homens, os estabelecimentos prisionais, muitas vezes, não estão preparados para atender e lidar com as necessidades específicas das mulheres encarceradas (Clarke & Simon, 2013). Estas necessidades incluem cuidados de saúde médicos e psiquiátricos adequados (e.g., cuidados de saúde reprodutiva, tratamento da toxicodependência específico do género e aconselhamento

para histórias de abuso), serviços à família, instalações sanitárias e recreativas adequadas e proteção contra a vitimização sexual enquanto encarceradas (Beck, Berzofsky, Caspar & Krebs, 2003).

Muitas mães encarceradas apresentam uma série de fatores de alto risco para competências parentais ruins que podem ser alvo de intervenção (Shlonsky et. al, 2016). Nesse sentido, e o encarceramento de mulheres que possuem filhos oferece uma oportunidade ideal para que o sistema de justiça criminal aborde questões pessoais e parentais dessas mães, implementando políticas e programas parentais que apoiem o desenvolvimento de competências parentais adequadas e o relacionamento entre crianças com suas mães durante o encarceramento. Esses programas têm a capacidade de, a longo prazo, reduzir a reincidência dessas mulheres e melhorar as suas competências maternas (Kenny, 2012).

Os estudos sobre a parentalidade na prisão tendem a centrar-se na forma como esses programas podem ajudar as mães encarceradas a manter o contacto com os seus filhos. Nesse sentido, pesquisas anteriores sugerem que, uma vez que os pais entram na prisão, suas definições de família e seus papéis como pais devem ser redefinidos (Benedict, 2009; Enos, 2001; Poehlmann, 2005; Young & Reviere, 2005). O encarceramento representa uma oportunidade fundamental de mudanças, e é provável que as mães estejam mais abertas a se envolver com programas para pais e outros recursos, como o tratamento de abuso de substâncias, se lhes for oferecida a oportunidade de continuar em seu papel de cuidadora principal, já que as mães costumam estar altamente motivadas a manter relacionamentos com seus filhos nesse momento (Easterling, 2012; Burgess & Flynn, 2013). Assim, muitas instituições começaram a desenvolver e testar programas de educação parental (Eddy et al. 2008). Entretanto, na ausência de diretrizes para o desenvolvimento de intervenções parentais para essa população, esses programas são altamente variáveis com relação à orientação teórica, aos componentes do tratamento e ao conteúdo do programa (Tuerk & Loper, 2006).

Pryce (2015), em seu estudo, destaca que antes de começarem a se envolver plenamente em qualquer programa dentro do estabelecimento prisional, como programas de comportamento ofensivo ou cursos que tentam abordar as causas profundas da dependência de substâncias, as reclusas mães precisam estar em um lugar de segurança emocional, pois essas mulheres sentem que esses programas cursos apenas "arranham a superfície de suas emoções", muitas vezes fazendo mais mal do que bem e, portanto, muitas vezes eles evitarão participar para manter o controlo de seu bem-estar emocional.

Neste contexto, os programas voltados para mães e filhos na prisão devem ser projetados para promover a disciplina e a responsabilidade, controlar o risco associado aos

relacionamentos das mulheres e ensiná-las a desenvolver relacionamentos saudáveis e pró-sociais. Esses programas incluem avaliações das capacidades parentais das mulheres, permitindo avaliações morais das mulheres como mães "ruins ou negligentes" e associam vagamente essas determinações morais a áreas de risco/necessidade que requerem intervenção. Assim, os programas para pais em prisões funcionam de forma semelhante a outras intervenções psicológicas individuais projetadas para abordar fatores estatisticamente correlacionados com a reincidência e passíveis de intervenção (Hannah-Moffat & O'Malley, 2007).

Entretanto, o simples fato de ser mãe não é um fator suficiente para haver uma mudança de vida, geralmente algum outro evento ou interação pode desencadear a percepção da importância da função materna, se essa percepção ocorrer, a mudança será possível (O'Malley & Devaney, 2015). No processo de saída da prisão, espera-se que as mulheres de grupos mais marginalizados reconstruam suas vidas longe de companheiros de crime, ex-parceiros abusivos e membros da família, encontrem um lar e um emprego (como ex-presidiárias que, em muitos casos, possuem ensino médio incompleto e sem histórico de emprego), as mulheres que não tiveram programação educacional ou ocupacional na prisão podem ter mais dificuldade encontrar emprego após a saída em liberdade (Schram et al., 2006). Espera-se igualmente que recuperem a custódia dos filhos, dediquem-se integralmente aos filhos, sustentem-os financeiramente e usem suas habilidades parentais positivas recém-adquiridas e orientadas por especialistas para promover o apego seguro dos filhos (Walker, 2018). Finalmente, as mulheres também observam que o acesso a serviços médicos para doenças, transtornos mentais medicamentos de saúde, ou outras doenças podem ser uma barreira para a sua reintegração bem-sucedida na comunidade (Richie, 2001). Logo, a reunificação às suas famílias é uma fonte de excitação, mas também de estresse para as mulheres recém-libertadas (Brown & Bloom, 2009; Dodge & Pogrebin, 2001; Richie, 2001).

A identificação e programação das questões de reincidência é muito importante para infratoras do sexo feminino (Greenfeld & Snell, 1999). Por isso, os membros do estabelecimento prisional devem começar a programar as questões de reentrada das mulheres imediatamente após a prisão, e eles devem trabalhar com serviços abrangentes na comunidade para garantir que as mulheres recebam uma continuação dos serviços, esses programas podem ajudar as mulheres a se manterem afastadas do comportamento criminoso assim que saírem da prisão (Covington & Bloom, 2014). Da mesma maneira, as agências comunitárias precisam ser devidamente treinadas para trabalhar especificamente com mulheres infratoras também, e são necessários incentivos para os empregadores contratarem ex-detentas. Desenvolver essas

parcerias, incentivos e a base de conhecimento de serviços dentro da comunidade ajudará facilitar a programação de reentrada dentro das instituições e produzir melhores resultados para essas mulheres (Greenfeld & Snell, 1999).

Os níveis de reincidência levam os funcionários a acreditar que seu trabalho é ineficaz e que os regimes penitenciários são irresponsáveis por não treinarem as mulheres para exercerem a maternidade adequadamente e manterem o papel de mãe ao saírem da prisão. Eles acreditam que os programas de mães e filhos podem ajudar a promover o vínculo mãe-bebê, mas, em última análise, constituem outra "penalidade imaginária" que não tem impacto sobre a infração (Carlen, 2013). De acordo com Crewe, Liebling e Hulley (2011), as mulheres querem "permanecer agentes morais, pessoas com alguma singularidade". Nos relacionamentos individuais, elas desejam transcender os "estereótipos mútuos" (Tait, 2011); diferenciar-se da visão que o pessoal penitenciário tem das prisioneiras como um grupo, e vivenciar os agentes penitenciários como indivíduos também (Liebling, Price & Schefer, 2010).

Neste sentido, o sucesso pós-libertação depende de enfrentar e lidar com a realidade das mulheres e buscar soluções legais para todo um conjunto de circunstâncias difíceis (Sandifer, 2008). Pesquisas realizadas ao longo de várias décadas têm apoiado sugestões de que o fortalecimento dos laços familiares por meio da educação dos pais é uma estratégia eficaz de reabilitação correcional (Sandifer, 2008). O estudo de Carlson e Cervera (1991), indica que o sucesso pós-libertação é maior entre os detentos que fortaleceram os laços familiares durante o encarceramento, indicando que construir um relacionamento familiar sólido para o qual os presos ao sair da prisão pudessem retornar era o melhor indicador de sucesso pós-libertação.

O grau em que as mulheres desejam ser mães e se identificam com a maternidade, seu nível de apoio social e envolvimento em relacionamentos pró-sociais e outros fatores sociais e estruturais, como suas circunstâncias econômicas e problemas de abuso de substâncias, podem ser indicadores da maternidade ser ou não um ponto de virada para o sucesso dessas mulheres durante o cumprimento da pena e após a saída do estabelecimento prisional (Giordano et al., 2012). Como aponta a análise da *Corrective Services New South Wales*, muitas pessoas no momento em que saem da prisão enfrentam os mesmos problemas que foram associados ao seu encarceramento: pobreza, falta de educação, moradia instável, falta de acesso a serviços sociais, subemprego e abuso de substâncias (Kenny, 2012).

Estudos empíricos existentes sobre programas de educação de pais na prisão sugerem que os programas de educação de pais podem, de fato, melhorar as habilidades parentais e também podem ajudar a desenvolver importantes habilidades sociais e interpessoais nos pais

presos que participam das aulas. Por exemplo, o estudo de Wileczak e Markstrom (1999) sobre o impacto da educação dos pais em um grupo de pais encarcerados mostrou não apenas que o conhecimento sobre paternidade e desenvolvimento infantil foi aprimorado, mas também, que os pais presos se tornaram pais mais confiantes, e esses pais começaram a acreditar que as práticas parentais afetavam diretamente o comportamento de seus filhos e que tinham a capacidade de gerenciar problemas no relacionamento com seus filhos.

A título de exemplo, o estudo de Palmer (1996) afirmou que a intervenção familiar (por exemplo, educação e programas para pais) é um dos esforços programáticos mais promissores para populações encarceradas. Algumas estatísticas de 1990, por exemplo, indicavam que as taxas de reincidência eram muito menores entre os detentos que concluíram programas destinados a melhorar a qualidade de vida de seus filhos, entretanto, há poucas pesquisas acadêmicas aprofundadas que tenham avaliado programas especificamente desenvolvidos para aumentar as habilidades parentais e melhorar os relacionamentos entre pais e filhos, e não há modelos consistentemente testados de programas parentais para mães encarceradas que tenham surgido como guias eficazes para outras instituições imitarem (Sandifer, 2008).

Por exemplo, a educação dos pais com foco nas habilidades parentais e no aprimoramento do relacionamento com os filhos tem sido usada como estratégia de reabilitação com dependentes de drogas, pois foi demonstrado que o relacionamento com os filhos incentiva e motiva as mães usuárias de substâncias a permanecerem livres das drogas (Finkelstein & Piedade, 1993; Finnegan, 1988). Como muitas mulheres infratoras têm delitos relacionados a drogas ou álcool e as recaídas do vício em drogas ou álcool, esses são os principais fatores que levam ao fracasso após a soltura, portanto, os programas para pais voltados tanto para o ensino de habilidades quanto para a melhoria do relacionamento entre mãe e filho são um componente importante da programação correccional de reabilitação para mulheres (Sandifer, 2008).

Todavia, pouquíssimas prisões oferecem um modelo de programa para pais que combine educação de pais em sala de aula e um componente interacional em que as mães possam praticar habilidades recém-aprendidas ou aprimoradas de criação de filhos e de construção de relacionamentos. No entanto, um modelo de programa para pais que integre essas práticas em que os pais possam praticar habilidades recém-aprendidas ou reforçadas e em que pais e filhos possam construir ou fortalecer relacionamentos parentais positivos por meio do compartilhamento de tempo, atividades e comunicação é fortemente apoiado e deve ser implementado nos estabelecimentos prisionais (Block, 1999; Tremblay et al., 2001; Wileczak & Markstrom, 1999).

2. Ser criança na prisão

2.1 Possibilidade de permanência da criança dentro do estabelecimento prisional

Existe uma certa escassez de estudos para falar especificamente sobre os filhos de homens e mulheres presos, fazendo com que essas crianças sejam vítimas esquecidas do sistema de justiça criminal (Larman & Aungles, 1991). Um estudo sobre os filhos de uma pequena amostra de pais presos na Inglaterra lamentou a falta de informações sobre as próprias crianças e os efeitos sociais e psicológicos da prisão dos pais (Shaw, 1987). No entanto, acredita-se amplamente que o impacto da prisão de uma mãe provavelmente terá um efeito prejudicial sobre as crianças (Kingi, 1999).

Os filhos de mulheres presas podem ser classificados em duas categorias: aqueles que são separados de suas mães enquanto elas estão presas e aqueles que vão para a prisão com suas mães (Alejos, 2005). Internacionalmente, não é incomum que uma criança passe parte de sua infância na prisão enquanto sua mãe cumpre a pena (Pösö, Enroos & Vierula, 2010). Acredita-se que a possibilidade de vivenciar uma separação é devastadora tanto para a mãe, como para a criança. Para os bebês, a separação materna à nascença pode conduzir a problemas emocionais e comportamentais graves e multifacetados numa fase posterior da vida, incluindo baixa autoestima, relações menos bem-sucedidas com os pares e dificuldade em lidar com os factores de estresse da vida (Bars, 2013). Para as mães, esta separação pode também ser psicologicamente traumatizante e aumentar o risco de reincidência (Margolies & Kraft-Stolar, 2006).

A maioria dos sistemas de justiça criminal concorda que, em algumas situações, pode ser do melhor interesse da criança viver na prisão com sua mãe. Contudo, enquanto estiver lá, a criança não deve estar sujeita ao mesmo tratamento e restrições que as pessoas condenadas ou detidas (Alejos, 2005). Nesse sentido, existem diversos instrumentos jurídicos internacionais para proteger os direitos da criança, sendo o princípio do melhor interesse da criança um dos princípios derivado da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança, cujo artigo 9º afirma que “as crianças não devem ser separadas de seus pais, a menos que isso seja para o seu próprio bem.” Além disso, o artigo 19º estabelece que “os governos devem assegurar que as crianças sejam devidamente cuidadas e protegê-las contra violência, abuso e negligência por parte de seus pais ou de qualquer outra pessoa que cuide delas”. Portanto, Alejos (2005) ressalta que os Estados signatários da Convenção assumiram obrigações sob o direito internacional de tomar medidas para garantir a realização de todos os direitos da Convenção para todas as crianças dentro de sua jurisdição, independentemente do status da criança ou dos pais/tutor legal, e que a obrigação dos Estados em relação a essas

crianças que residem com a mãe na prisão torna-se, de fato, mais relevante, pois essas crianças são mais vulneráveis e precisam de proteção e assistência especiais.

No entanto, as opiniões sobre a possibilidade dessa permanência na prisão, e se isso é no melhor interesse das crianças, variam, resultando em diferentes abordagens e políticas, não existindo normas internacionais específicas sobre como as crianças nas prisões são contabilizadas, monitoradas, cuidadas ou protegidas. Em sua pesquisa, Alejos (2005) relata que em alguns países, bebês e crianças pequenas acabam vivendo em situações não apropriadas dentro das prisões com suas mães presas, sendo forçados a isso na ausência de melhores opções, onde a aplicação do princípio do melhor interesse da criança parece, de fato, estar longe de ser incorporada ao processo de tomada de decisão em relação aos filhos de pessoas privadas de liberdade. Ao mesmo tempo, existem exemplos de muitos espaços adequados para apoiar a permanência de mães e filhos juntos (Pösö, Enroos & Vierula, 2010).

O tempo permitido de permanência das crianças na prisão também difere entre os países, e há pouco consenso sobre a idade certa para separar as mães de seus filhos (Jiménez & Palacios, 2003; Robertson, 2012). Na China (exceto Hong Kong) e na Noruega, as crianças não são permitidas nas prisões, enquanto no Reino Unido são permitidas crianças entre 9 e 18 meses de idade. Na Bélgica, Burundi, Chile, Egito e Eslovênia, as crianças são permitidas nas prisões até os 2 anos de idade, e esse período é estendido até os 3 anos de idade na Colômbia, Croácia, Dinamarca, Malásia, Ucrânia, Venezuela e Polônia. Crianças com menos de 5 anos de idade são permitidas na Argentina, Ilhas Maurício e Sri Lanka e com menos de 6 anos de idade na Itália (onde mulheres grávidas não podem ser presas), México, Espanha e Turquia (Robertson, 2012).

Especificamente à possibilidade de permanência dos filhos na prisão em Portugal, apesar de existirem três estabelecimentos prisionais femininos no país, apenas dois¹ permitem que as crianças permaneçam com suas mães presas. As prisões femininas em Portugal oferecem as mesmas condições de alimentação e atendimento médico que outras prisões na Europa, onde as celas são adaptadas para acomodar crianças, havendo também possibilidade das crianças frequentarem creches (Afonso, 2005). A legislação portuguesa permite que os filhos das reclusas permaneçam no estabelecimento prisional com elas até os 3 anos de idade ou, em uma prisão com as condições adequadas, até os 5 anos de idade (nº 1, Artigo 7, Código de Execução de Penas e Medidas Privativas da Liberdade-CEPMPL, 2009).

¹ Os estabelecimentos prisionais que permitem que os filhos permaneçam com as mães são o Estabelecimento Prisional de Santa Cruz do Bispo – Feminino e o Estabelecimento Prisional de Tires – Setor Feminino.

Relativamente à responsabilidade em decidir se uma criança poderá permanecer com a mãe na prisão, é algo que varia de acordo com o país. Na Inglaterra e no País de Gales, a decisão é tomada pelo diretor da prisão com base na recomendação de um conselho de admissões. Na França, o tutor das crianças determina se elas podem ficar com a mãe. Em Portugal, entretanto, não há regulamentos, e a decisão principal é tomada pela mãe. O pequeno número de prisões femininas em Portugal e a distância que separa as mães de seus filhos podem desempenhar um papel significativo na decisão das mães de ficar com seus filhos na prisão quando a legislação permite que elas tomem essa decisão. As duas prisões que permitem crianças ficam a aproximadamente 200 km uma da outra, de modo que as mulheres podem ficar separadas de suas famílias por mais de 100 km (Robertson, 2012).

2.2 Estratégias e programas utilizados para a proteção dos direitos das crianças

A prisão é um ambiente que gera uma forte sensação de insegurança e limita as interações da criança, a estimulação sensorial e a exploração do mundo, especialmente do mundo exterior (Merçil, 2017; Hesselink & Dastile, 2010). O ambiente prisional poderia, teoricamente, constituir um ambiente precário que poderia ter consequências prejudiciais para o desenvolvimento dessas crianças (David & Appel, 2008; Lyonais, 2016; McKee et al., 2017; Pavlakis et al., 2015). Dessa forma, o desenvolvimento das crianças dentro dos estabelecimentos prisionais depende da prestação de cuidados atenciosos, tanto materiais quanto humanos, para que se possa atender às suas necessidades, não apenas nutricionais, mas também afetivas e emocionais (Coblner & Spitz, 1965), e para lhes proporcionar segurança e estímulo. Acredita-se que a prestação desse cuidado atencioso seja um fator fundamental para o desenvolvimento motor, social, emocional, relacional e conceitual harmonioso dessas crianças (Black et al., 2017; Cyrulnik et al., 2020).

Em termos humanos, o desenvolvimento da criança passa por um estágio de total dependência da mãe (Stern, 2018). Assim, a saúde psicológica da mãe e o estabelecimento e a manutenção de um vínculo seguro entre mãe e filho representam a garantia de um bom desenvolvimento para a criança e permitirão que ela regule bem suas emoções, principalmente em situações estressantes (Bergman, 2019). Por outro lado, a ruptura do vínculo entre a criança e sua figura de apego pode ter consequências graves para o desenvolvimento físico, psíquico e nas estruturas de personalidade, especialmente se ocorrer de forma precoce (Bowlby, 1982; David & Appel, 2008; Pikler et al., 2018).

As construções normativas ou ideais da infância não se aplicam diretamente às crianças presas, pois nesses casos, as políticas e os programas existem principalmente para mitigar os

danos causados às crianças pelo encarceramento das suas mães, ao invés de construir infâncias “normais” (Enroos, 2015). No contexto das crianças que vivem em prisões, o princípio do interesse superior da criança perdura em programas formalizados para mães e filhos nas prisões (Dolgin, 1996). Esses programas podem incluir aulas de habilidades parentais, aconselhamento e berçário na prisão ou serviços de creche dentro ou fora do local (Johnson, 2017).

Nesse contexto, as mães podem ter maior chances de iniciar e manter a amamentação, manter ou desenvolver vínculos saudáveis com seus filhos e desenvolver sentimentos positivos em relação a si mesmas, como autoestima e confiança (Carlson, 2001). O envolvimento de suporte técnico e programas estruturados pode desempenhar um papel fundamental na reabilitação de indivíduos encarcerados e em sua reintegração à sociedade, permitindo que a mãe e o filho fiquem juntos durante e após o cumprimento da pena (Goshin et al., 2017). Entretanto, há uma escassez de evidências robustas e publicadas sobre se os programas realmente alcançam esses resultados, isso se deve, em parte, às dificuldades éticas e práticas de realizar estudos de eficácia comparativa nesse cenário; aos problemas de amostras pequenas e atrito (Walker, 2018). Todavia, até o momento, não há evidências de danos reais às crianças que vivem com suas mães em prisões com programas formalizados para esse fim (Shlonsky et al., 2016).

Um estudo empírico realizado por Shlonsky (2016), concluiu que, em média, o limite máximo de idade para os programas de creches na prisão variava de 18 meses a três anos. Nesse estudo foram analisados sete estudos do Reino Unido e dos Estados Unidos, que forneceram apenas informações breves sobre os componentes do programa voltado para mães e filhos dentro do estabelecimento prisional, no qual geralmente incluíam cuidados pré-natais e pós-natais e aulas de preparação para o parto; programas para pais; programas para mães e filhos e abordagens de interação entre mãe e filho. Os principais objetivos dos programas residenciais para mães e filhos presos são, normalmente, a redução da reincidência, a melhoria do vínculo mãe-bebê e a proteção e promoção da saúde, do bem-estar e do desenvolvimento da criança. Embora existam poucos estudos rigorosos sobre os programas de creches nas prisões, as evidências existentes não indicam que as crianças estejam sendo prejudicadas. Além disso, há todos os motivos para sugerir que um programa de alta qualidade voltado para a melhoria da educação de mães encarceradas levará a melhores resultados tanto para as mães quanto para seus filhos (Shlonsky et. al, 2016).

A análise constatou que as participantes do programa tinham 2,29 (1,41 a 3,70) vezes menos probabilidade de retornar à prisão do que as mães que foram separadas de seus filhos, e os autores concluíram que as crianças criadas por suas mães em creches prisionais não se

saíram melhor nem pior do que as crianças separadas de suas mães (Shlonsky et. al, 2016). A revisão conclui que, embora existam poucos estudos rigorosos sobre os programas de creches nas prisões, as evidências existentes não indicam que as crianças estejam sendo prejudicadas. Além disso, há todos os motivos para sugerir que um programa de alta qualidade voltado para a melhoria da educação de mães encarceradas levará a melhores resultados tanto para as mães quanto para seus filhos (Shlonsky et. al, 2016).

2.3 Percepções dos técnicos de reeducação sobre o relacionamento das mães com os filhos

Os funcionários prisionais centraram-se na relação entre a mãe e a criança durante a pena de prisão quando descreveram a posição das crianças na prisão. Nesse sentido, há um reconhecimento crescente dos impactos positivos no desenvolvimento que a manutenção de uma ligação mãe-filho pode ter, mesmo no contexto prisional (Luke, 2002). Este ponto de vista está ligado ao entendimento de que a relação mãe-filho é única e deve ser apoiada. Estes funcionários querem dar às mulheres a possibilidade de estarem juntas com os seus filhos porque consideravam que o lugar adequado para uma criança é junto da sua mãe (Pösö, Enroos & Vierula, 2010).

Por outro lado, os juízos dos funcionários prisionais sobre a situação das crianças na prisão centram-se na qualidade da maternidade das reclusas, que, para alguns dos funcionários, parecia ser problemática, se concentrando nas deficiências das habilidades maternas das mulheres presas. Os funcionários caracterizaram as mulheres presas como agentes egoístas que apenas davam atenção aos filhos enquanto estavam na prisão e suspeitavam que elas traziam os filhos para a prisão apenas para obter benefícios e passar um tempo mais fácil na prisão (Pösö, Enroos & Vierula 2010).

Acredita-se que seus problemas de dependência, econômicos e criminais eram tão grandes que as mulheres seriam mais bem-sucedidas como mães na prisão, pois teriam acomodações e teriam de renunciar ao abuso de substâncias (Pösö, Enroos & Vierula, 2010). Além disso, os funcionários da prisão expressaram dúvidas quanto ao fato de que as crianças seriam cuidadas após a sentença de prisão. Por esse motivo, a maternidade na prisão era vista pelos funcionários como excepcional e vinculada a tempo e lugar e, portanto, não necessariamente digna de apoio (Goshin et al., 2017)

3. O trabalho dos técnicos de reeducação com mulheres reclusas e seus filhos

3.1 Caracterização do papel do agente penitenciário

O agente penitenciário contemporâneo tem sido caracterizado tanto como um trabalhador de serviços humanos, quanto como um custodiante. Essas definições e perspectivas das funções fornecem o contexto para entender a dinâmica dos relacionamentos construídos com reclusos e reclusas (King, 2009). As relações entre os presos e os funcionários há muito tempo são reconhecidas como fundamentais para o funcionamento das prisões e para a manutenção da ordem e da justiça. Um extenso conjunto de pesquisas sobre as relações entre servidores e presos tem explorado sua importância para questões como a qualidade de vida dos presos, a ordem e a legitimidade, por exemplo, um estudo realizado no Reino Unido em Whitemoor, uma prisão masculina de segurança máxima, constatou que eles também são importantes por razões normativas: em um ambiente humano de vida e trabalho, os relacionamentos são um fim em si mesmos (Liebling, Price & Schefer, 2010).

Os agentes são o caminho pelo qual tudo é alcançado e pelo qual os prisioneiros percebem a entrega de equidade, respeito e justiça. Os presos buscam a justiça nos agentes, enquanto os agentes penitenciários tendem a definir justiça como tratamento igualitário, os presos esperam que os funcionários sejam coerentes, mas flexíveis, reconhecendo suas diferentes necessidades (Liebling, Price & Schefer, 2010). O tipo de tratamento que os presos buscam dos funcionários da prisão incluem o direito moral ao respeito como ser humano - o direito de não ser tratado de forma injusta dentro da prisão, os prisioneiros também buscam a consideração positiva dos funcionários (Crewe, 2001).

Em seu estudo sobre o agente penitenciário moderno, Liebling, Price e Schefer (2010) argumentam que os melhores agentes ouvem bem, são compassivos, cuidadosos, maduros, motivados e inteligentes; e podem usar tanto o humor quanto a autoridade, conforme apropriado. Outro estudo realizado em duas prisões femininas no Reino Unido também constatou que as mulheres "descobriram" quais agentes estariam dispostos e aptos a ajudá-las e, uma vez encontrado um agente confiável, algumas prisioneiras evitavam pedir ajuda a outros funcionários (Rowe, 2014).

Liebling (2000) enfatiza a importância de um trabalho de manutenção da paz e discricção, descrevendo os agentes como especialistas em mediação e arbitragem, envolvidos em um processo constante de tradução de regras em ação. Em seu outro estudo, Liebling (2004) também demonstrou, a maneira como os funcionários da linha de frente usa sua autoridade tem um profundo impacto sobre a experiência do preso - incluindo níveis de ordem, segurança, angústia e suicídio - e sobre a qualidade moral geral, ou legitimidade, das instituições penais.

Liebling, Price e Schefer (2010), em seu estudo, identificam três tarefas centrais para o trabalho do agente penitenciário: i) segurança, ii) reabilitação e iii) cuidado, uma quarta tarefa

é resumida como "superar a rotina diária", a "negatividade do ambiente" e o "isolamento do trabalho na prisão", além do gerenciamento de comportamentos e emoções humanas complexos. Essas tarefas ajudam a construir o papel do agente dentro de um estabelecimento prisional (King, 2009; Crawley, 2004).

Resolver a tensão inerente à dupla função é um desafio e exige um alto nível de habilidade por parte dos agentes, o aspecto de serviços humanos do trabalho do agente penitenciário combina o foco no comportamento ofensivo com a prestação de cuidados. O trabalho de ser um agente penitenciário é realizado em um clima moral especial, no qual os funcionários enfrentam hostilidade e exigências, e ainda assim espera-se que conheçam o prisioneiro a partir de uma perspectiva racional (Liebling, Price & Schefer, 2010).

3.2 Especificidades no trabalho com reclusas mães e seus filhos

Além das características e interesses pessoais dos funcionários, as prisões devem fornecer treinamento adequado para que os membros da equipe compreendam melhor e possam responder às infratoras, pois assim podem ser mais propensos a abraçar a necessidade e a importância de serviços informados sobre traumas quando entendem que as necessidades das mulheres são diferentes das dos homens (Van Voorhis et al., 2010). Tian, Lishman & Murphy (1994) apoiam esse processo observando que entrar na vida de pessoas que estão em sofrimento, conflito ou problema requer não apenas competência técnica, mas qualidades de integridade, genuinidade e autoconsciência. Não existe uma solução ou maneira fácil ou única de trabalhar com mulheres que estão em sofrimento mental, pois essas mulheres não são um grupo homogêneo; suas experiências estão localizadas dentro das esferas privadas e políticas de suas vidas e, muitas vezes, são definidas pela interação entre idade, etnia, classe social, sexualidade e posições econômicas (Pryce, 2015).

O ambiente prisional também precisa ser propício ao tratamento e a reabilitação, permitindo que as reclusas se concentrem em realizar mudanças positivas, e não simplesmente deixa-las cumprindo o tempo da execução da pena (Covington & Bloom, 2014). Um ambiente terapêutico é importante para que as mulheres expressem seus sentimentos e recebam apoio de outras pessoas. Além disso, é importante que o ambiente prisional seja livre de desconfortos sempre que for possível, para que as mulheres se sintam seguras, protegidas e livres de traumas. Para isso, os membros da penitenciária também devem refletir e levar em consideração que a população feminina prisional é gerenciada em termos de gênero, idade e raça (Covington & Bloom, 2014).

Nesse sentido, as prisões devem fornecer programações para abordar necessidades criminológicas, pois alguns fatores de necessidade sensíveis ao gênero são fatores de risco para um possível mau comportamento institucional das mulheres (Steiner & Wooldredge, 2009; Van Voorhis et al., 2010). Esses comportamentos podem ser consequência de necessidades que não são atendidas e nem tratadas. Com base nisso, é importante que as prisões concentrem sua atenção sobre os fatores que contribuem para o desajuste dessas mulheres e dediquem serviços e recursos para aliviar tais questões (Van Voorhis et al., 2010). Por exemplo, Gannon e Cortoni (2010) descobriram que, em sua experiência de trabalho com mulheres presas, as respostas aparentemente "sem emoção", em vez de serem uma evidência de desvio incorporado, eram, na verdade, apenas um mecanismo de enfrentamento adotado para facilitar a sobrevivência e o gerenciamento da culpa, da vergonha e do estigma, alcançados por meio do bloqueio de todas as respostas emocionais.

A literatura é quase totalmente omissa quanto às crenças e atitudes dos funcionários penitenciários em relação à gravidez e à maternidade na prisão, aos programas residenciais para mães e crianças na prisão e às suas experiências de trabalho com mães e crianças na prisão. Uma análise da literatura sobre programas residenciais para mães com crianças na prisão (Shlonsky et al., 2016) destaca "o papel dos funcionários da prisão como um fator ambiental", exigindo treinamento especializado, orientação contínua e envolvimento multidisciplinar. No entanto, parece que os agentes penitenciários e a equipe de saúde da prisão não costumam ser convidados a participar de estudos publicados sobre programas para mães e filhos na prisão, a maioria dos quais se preocupa em avaliar a eficácia do programa em termos de resultados específicos, como habilidades parentais e vínculo com o bebê (Walker, 2018).

Sendo a maternidade uma particularidade a ser levada em conta quando se trabalha com as das mulheres no sistema de justiça criminal, não levar em conta essa particularidade não só pode prejudicar e punir ainda mais as mulheres, mas também pode resultar na perda de oportunidades de intervenção positiva, construção de relacionamentos e reabilitação (Pryce, 2015). A literatura critica que os órgãos penitenciários estão mal equipados para prever ou responder aos "riscos sociais" (Beck, 1992) enfrentados pelas mulheres e crianças que vivem nas prisões; e, atualmente, não podem ser orientados por normas nacionais ou internacionais consistentes de prática sobre a permanência de mães e crianças na prisão, como resultado, os funcionários da prisão tem de adotar uma abordagem mais ativa e focada no risco em seu trabalho diário, com o foco nos riscos apresentados pela mãe e suas habilidades parentais, e os riscos para o próprio pessoal penitenciário de culpa no caso de uma criança ser prejudicada (Giddens, 1999).

Posto isso, o sistema de justiça criminal poderá desenvolver estratégias para capacitar toda a equipe que trabalha com reclusas mães e seus filhos com estratégias focadas para atender essa população. Dada a complexidade do trabalho com reclusas mães e seus filhos, a literatura indica a necessidade de um ambiente prisional adequado, treinamento especializado e programas específicos para atender às necessidades das reclusas mães e seus filhos (Covington & Bloom, 2014). Apesar da ausência de pesquisas sobre as atitudes e experiências dos funcionários penitenciários em relação à maternidade na prisão, é evidente a necessidade do desenvolvimento de políticas e práticas que possam melhorar o suporte oferecido às reclusas mães e seus filhos nos estabelecimentos prisionais (Gannon & Cortoni, 2010). Desde o momento da entrada na prisão, é necessário realizar avaliações das necessidades dessas reclusas para que sejam identificadas questões particulares e necessidades dessas mulheres e das crianças, e com base nesses resultados, definir quais serviços são mais adequados para abordar e resolver essas questões (Mignon & Ransford, 2012).

Os técnicos de reeducação enfrentam diversos desafios ao trabalhar com esta população, dessa forma, precisam estar capacitados para lidar com dinâmicas complexas e para oferecer suporte emocional e psicológico adequado (Walker, 2018). Os técnicos de reeducação também devem ser preparados para neutralizar barreiras e abordar questões sensíveis, para que construam relações de trabalho positivas e eficazes, garantindo a segurança emocional entre essas mulheres (Corston, 2007). Para atender melhor as reclusas e seus filhos, os estabelecimentos prisionais devem possuir uma infraestrutura adequada para receber as crianças, com berçários, creches e serviços de saúde (Johnson, 2017). As mulheres também devem ser beneficiadas por esses programas, como programas de parentalidade, que as ajude a aumentar a competência nos cuidados com as crianças, a fortalecer os laços, e a melhorar enquanto mães e pessoas (Stringer, 2020).

Além disso, os estabelecimentos prisionais também devem fornecer a oportunidade de programas voltados para melhorar competências profissionais, para que essas mulheres estejam preparadas para o mercado de trabalho (Henriques, 1996). Por fim, estudos como o de Morse et al. (2012) ressaltam que o desenvolvimento de programas de bem-estar e resiliência pode ser essencial para melhorar a saúde mental dos funcionários penitenciários. Outros autores, como Lambert et al. (2020), enfatizam que a criação de um ambiente de trabalho positivo e de apoio, onde os funcionários se sintam valorizados e respeitados, pode ajudar a reduzir os níveis de estresse e aumentar a satisfação no trabalho.

CAPÍTULO II – METODOLOGIA

O presente capítulo detalhará os aspetos metodológicos subjacentes à realização do presente estudo. Em um primeiro momento serão apresentados os objetivos e questões de investigação definidos para a investigação. Posteriormente serão descritos os procedimentos pertinentes à constituição da amostra, os instrumentos e procedimentos de recolha de dados, e por fim, o plano analítico.

1. Desenho de investigação

Considerando os objetivos estabelecidos, e que serão explicados a seguir, o presente estudo adotou uma abordagem qualitativa, sendo esta metodologia a mais adequada para entender, explorar e descrever fenômenos sociais em seu contexto. A abordagem qualitativa é realizada através da análise das experiências de indivíduos ou grupos, visando interpretar diversos significados. Esses significados podem ser reconstruídos ou analisados através de diferentes métodos qualitativos, permitindo que o pesquisador desenvolva modelos, tipologias ou teorias para descrever questões e fenômenos sociais (Flick, 2009b). A escolha da abordagem qualitativa se justifica porque o estudo pretende explorar as percepções e experiências dos agentes penitenciários em relação ao seu trabalho com reclusas e seus filhos. A análise qualitativa, por meio das entrevistas semiestruturadas, permitirá que as experiências e percepções sejam analisadas de maneira detalhada, fornecendo uma base sólida para a construção de modelos teóricos que descrevam os fenômenos em estudo.

2. Objetivos

A presente investigação teve como objetivo geral explorar a perspectiva e as experiências dos técnicos de reeducação que desempenham funções em estabelecimentos prisionais femininos, onde se encontram reclusas e os seus filhos, analisando as suas percepções quanto à influência da maternidade neste contexto para o cumprimento da pena, especificamente no que respeita ao processo de adaptação ao ambiente prisional, explorando, também, as percepções relativas ao impacto desta experiência para as crianças.

Em termos específicos, procurou-se:

- a) Explorar as percepções dos técnicos de redução relativamente ao impacto da maternidade no processo de adaptação das reclusas mães ao ambiente prisional (e.g., cumprimento

de regras institucionais, rotinas, relacionamentos interpessoais, adequação comportamental);

- b) Aceder à percepção dos técnicos quanto à importância da existência de programas e tarefas laborais específicas, que atendam às necessidades e exigências desta população;
- c) Compreender em que medida os técnicos de redução percebem a maternidade como um elemento-chave para a motivação para a mudança e para um envolvimento ativo na preparação para a liberdade por parte das reclusas mães;
- d) Compreender as percepções dos técnicos de reeducação sobre a rotina das crianças dentro do estabelecimento prisional e os recursos que são disponibilizados para estas, procurando conhecer as suas perspectivas quanto ao potencial impacto e à influência que esta experiência pode acarretar para o futuro desenvolvimento e ajustamento das crianças;
- e) Explorar as percepções dos técnicos relativamente aos desafios encontrados no âmbito da sua atividade profissional relativamente ao acompanhamento e intervenção com esta população.

3. Questões de investigação

Em virtude dos objetivos supramencionados, a investigação foi orientada em torno das seguintes questões de investigação:

- a) Qual é a influência da maternidade no processo de adaptação das reclusas mães ao estabelecimento prisional?
- b) Como os técnicos de reeducação percebem a motivação para a mudança das reclusas que são mães?
- c) Em que medida é importante existirem programas ou tarefas laborais específicas orientadas para as necessidades concretas desta população?
- d) Quais são as percepções dos técnicos sobre a rotina das crianças dentro do estabelecimento prisional, sobre os recursos disponibilizados e como esses fatores influenciam a vida e o desenvolvimento dessas crianças?
- e) Quais os principais desafios e dificuldades enfrentados pelos técnicos ao trabalhar com esta população?

4. Constituição da amostra

A amostra do presente estudo é de natureza não probabilística² e intencional, ou seja, os participantes foram selecionados de forma não aleatória e de forma a responder aos objetivos e questões de investigação definidos (Marshall, 1996; Maxfield & Babbie, 2014c). A escolha dessa estratégia de amostragem baseia-se na utilização de informações previamente obtidas pelo pesquisador, podendo ser derivada de sua experiência, de uma análise da literatura existente e/ou de estudos anteriores. Esta abordagem visa incluir casos que apresentem experiências ou características que possam contribuir para uma compreensão mais aprofundada do objeto de investigação (Boeri & Lamonica, 2015).

No presente estudo, o processo de seleção seguiu os seguintes critérios de inclusão quanto aos potenciais participantes: (i) serem técnicos de reeducação; (ii) trabalhar ou já ter trabalhado diretamente com reclusas mães e seus filhos em estabelecimentos prisionais femininos. Ambos os critérios se relacionam com a exequibilidade do estudo, indo ao encontro dos objetivos e questões de investigação previamente descritos.

Especificamente, a amostra foi selecionada no âmbito dos Estabelecimentos Prisionais de Tires e de Santa Cruz do Bispo (Feminino), por serem estruturas da Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (DGRSP) que procedem ao acompanhamento de reclusas que são mães e dos seus filhos, e na medida em que foram estes os estabelecimentos prisionais nos quais foi autorizada a recolha de dados, por parte da DGRSP.

No que diz respeito à dimensão da amostra, apesar de não existir um critério para determina-la na investigação qualitativa, geralmente é utilizada a saturação teórica para definir o número de participantes (Braun et al., 2019), sendo este o critério utilizado na presente investigação. Dessa forma, a saturação teórica é definida pela coleta contínua de dados até que não seja mais obtidas novas informações (Maxfield & Babbie, 2014b), sendo esta coleta interrompida quando se observa uma repetição de informações e os dados não acrescentam novas informações significativas (Braun & Clarke, 2013).

No presente estudo, a amostra foi constituída por um total de nove participantes. Concretamente, em conjunto com as diretoras dos estabelecimentos prisionais, apurou-se o universo de potenciais participantes de acordo com os requisitos supracitados, verificando-se a existência de um total de nove participantes, a exercerem funções em ambos os estabelecimentos prisionais. Todos os potenciais participantes identificados aceitaram

² Uma amostra não probabilística caracteriza-se por não se conhecer a probabilidade de um elemento ser incluído na amostra (Maxfield & Babbie, 2014c).

participar no estudo, sendo este o número amostral final. Assim, a amostra do presente estudo foi constituída, integralmente, por indivíduos do sexo feminino, com idades compreendidas entre os 41 e 65 anos, com uma média de 52,33 anos (DP = 7,50).

A tabela 1 refere-se às características sociodemográficas das participantes. No que respeita à formação académica, verificou-se que 58% das participantes possui bacharelado ($n = 7$) e 22% possui mestrado ($n = 2$). Relativamente a área de formação académica inicial das participantes, 22% das participantes tem a formação académica inicial em Serviço Social ($n = 2$), 22% em Ciências Sociais ($n = 2$) e 56% em Psicologia ($n = 5$).

Na tabela 1 é também apresentada informação relativamente aos anos de experiência trabalhando em estabelecimentos prisionais e os anos de experiência desempenhando funções, especificamente, em estabelecimentos prisionais femininos, no qual a média de anos de experiência profissional em estabelecimentos prisionais foi de 19,06 anos (DP = 10,11), enquanto em relação aos anos trabalhando especificamente em estabelecimentos prisionais femininos, a média foi de 12,22 anos (DP = 10,46).

Tabela 1. Caracterização sociodemográfica da amostra

| | <i>N</i> | <i>%</i> | <i>M</i> | <i>DP</i> | <i>Min.-Max.</i> |
|---|----------|----------|----------|-----------|------------------|
| Idade | 9 | | 52,33 | 7,50 | 41-65 |
| Sexo | | | | | |
| Feminino | 9 | 100% | | | |
| Habilitações Literárias | | | | | |
| Bacharelado | 7 | 58% | | | |
| Mestrado | 2 | 22% | | | |
| Área de Formação | | | | | |
| Psicologia | 5 | 56% | | | |
| Serviço Social | 2 | 22% | | | |
| Ciências Sociais | 2 | 22% | | | |
| Anos de Experiência - Estabelecimento Prisional | | | 19,06 | 10,11 | 2,5-32 |
| Anos de Experiência - Estabelecimento Prisional Feminino | | | 12,22 | 10,46 | 2-25 |

Nota. N: Número de amostral; M: Média amostral; DP; Desvio padrão; Min -Máx: Mínimo e máximo.

5. Instrumentos de recolha de dados

A recolha de dados foi realizada através do preenchimento de um questionário sociodemográfico e da realização de uma entrevista semiestruturada, conforme se descreve em seguida.

5.1 *Questionário sociodemográfico*

Os questionários são ferramentas criadas, especificamente, para coletar informações essenciais para a análise, sendo especialmente úteis para descrever as características de uma população (Maxfield & Babbie, 2015). Nesse sentido, com o objetivo de caracterizar a amostra e complementar as informações obtidas nas entrevistas, o questionário sociodemográfico desenvolvido para o presente estudo se divide em três grupos, através dos quais se procurou recolher informações sobre: i) o sexo e idade dos participantes; ii) a formação académica dos entrevistados (grau académico e área da formação); e iii) experiência profissional enquanto técnicos de reeducação.

5.2 *Entrevista semiestruturada*

O principal método de recolha de dados deste estudo foi a entrevista, tendo como objetivo explorar as perspetivas e experiências do entrevistado (Braun & Clarke, 2013). A entrevista semiestruturada demonstrou-se a mais adequada uma vez que, apesar de possuir um certo nível de estruturação, pois é utilizado um guião de entrevista com perguntas pré-elaboradas, apresenta também elementos que proporcionaram um contacto eficaz com os participantes, por serem flexíveis e permitindo adaptações pela entrevistadora. Essas entrevistas, normalmente, são organizadas em torno de um conjunto de perguntas abertas e também outras perguntas que vão surgindo do diálogo entre o entrevistador e o entrevistado (DiCicco-Bloom & Crabtree, 2006), possibilitando que cada participante construa o seu próprio raciocínio e explore áreas novas, onde temas novos e importantes poderão surgir (Maxfield & Babbie, 2014b).

Dessa forma, o guião de entrevista semiestruturado (ver Anexo I) que foi desenvolvido para este estudo tem como base os objetivos e as questões de investigação, além da literatura científica e empírica sobre a temática aqui analisada. Este guião é composto por três dimensões, nomeadamente: i) influência da maternidade no processo de adaptação à prisão; ii) experiência da criança no estabelecimento prisional; e iii) importância do acompanhamento técnico, das quais derivam subdimensões e os tópicos de análise abordados.

Através da primeira dimensão visa-se aceder às percepções dos técnicos de reeducação sobre elementos cruciais no âmbito de uma adaptação bem sucedida ao estabelecimento prisional, designadamente, adequação comportamental, adesão às rotinas e cumprimento das regras institucionais, relações interpessoais, preparação para saída, motivação para a mudança e participação em programas. Atendendo aos objetivos do presente estudo, a análise destes elementos afigura-se como importante uma vez que muito já foi escrito sobre as expectativas e os estereótipos sobre as mães reclusas, mas não há tantos estudos sobre a importância da dinâmica e dos roteiros dos relacionamentos profissionais (Pryce, 2015), no qual essas mães enfrentam uma variedade de desafios, incluindo a superação de obstáculos estruturais e familiares para se adaptar à vida prisional em geral, exigindo muitas vezes que as essas mulheres reconstruam as suas identidades como mães, enquanto tentam desempenhar papéis parentais atrás das grades (Enos, 2001).

Através da segunda dimensão do guião, “experiência da criança no estabelecimento prisional”, procura-se explorar o quotidiano e a vivência das crianças que residem no interior do estabelecimento prisional, particularmente em relação à rotina, ao relacionamento e ao contacto com a mãe, aos recursos disponibilizados e ao acompanhamento técnico de que são alvo, a fim de aceder à perspectiva dos técnicos de reeducação quanto à influência destes elementos para o desenvolvimento e posterior ajustamento dessas crianças. Efetivamente, a literatura científica tem demonstrado que manter uma criança com a mãe no estabelecimento prisional confere à reclusa a possibilidade do exercício da maternidade, assim como permite a manutenção dos importantes vínculos maternos – essenciais para uma boa estruturação emocional da criança, em fases precoces da vida (Mello & Gauer, 2011).

A vivência da maternidade na prisão oferece às mães a oportunidade de cuidar dos seus filhos, da mesma forma que acaba por contribuir para uma amenização do cenário de reclusão em que estão inseridas (Vieira, 2013), por outro lado, possuem uma infinidade de necessidades e desafios, e atender a essas necessidades por meio de apoio e recursos adequados é fundamental para o bem-estar deles (Stern, 2014).

Por fim, analisaram-se as percepções das entrevistadas quanto à “importância do acompanhamento técnico”, a fim de perceber o tipo de trabalho e as dinâmicas inerentes ao acompanhamento das reclusas que são mães e dos seus filhos, a rotina envolvida nesse contato e quais são os desafios encontrados. Tal revela-se muito importante, porque a evidência empírica sugere que organizar e gerenciar cuidados é importante para dar às mães uma sensação de segurança para seus filhos enquanto eles estão encarcerados (Enos, 2011), onde parte da

responsabilidade pelo sucesso do tratamento efetuado pela prisão é transferida aos servidores do sistema penitenciário, à equipa técnica e aos agentes penitenciários (Wolff, 2005).

Neste sentido, as intervenções de apoio, suporte técnico e programas estruturados podem desempenhar um papel fundamental na adaptação à prisão e na reintegração à sociedade (Turanovic & Rodriguez, 2017).

6. Procedimentos de recolha de dados

No que respeita aos procedimentos de recolha de dados, será de referir que, num primeiro momento, a fim de assegurar a garantia de questões éticas, foi realizado um pedido de parecer à Comissão de Ética da Faculdade de Direito da Universidade do Porto, de forma a assegurar que os critérios de consentimento informado, anonimato, confidencialidade e voluntariedade para participação estavam assegurados, tendo o mesmo tendo sido apreciado favoravelmente.

Posteriormente, foi dirigido um pedido de autorização formal à DGRSP, onde foram explicados os propósitos, objetivos do estudo e os procedimentos de recolha de dados a adotar e garantidos os princípios de confidencialidade e anonimato dos dados recolhidos, a fim de obter a autorização formal para a implementação da presente investigação no Estabelecimento Prisional de Santa Cruz do Bispo – Feminino e no Estabelecimento Prisional de Tires – Setor Feminino. O pedido foi deferido para recolha de dados em ambos os estabelecimentos prisionais.

Após o deferimento do pedido, foi realizado o contato com os Diretores dos referidos estabelecimentos prisionais, a fim de se articularem todos os aspetos logísticos necessários para o processo de recolha de dados, nomeadamente, a identificação conjunta de potenciais participantes, agendamento das entrevistas com indicação do local e horário para a realização das entrevistas, de modo a minimizar qualquer tipo de perturbação ao normal funcionamento do estabelecimento prisional e da atividade laboral dos participantes.

No que diz respeito ao momento de reunião com os participantes, foi estabelecido o contato com os técnicos identificados como potenciais participantes no estudo, tendo o mesmo sido iniciado com um agradecimento por terem aceite participar no estudo, em seguida as participantes foram informadas, de forma individual, sobre os objetivos do estudo e os métodos de recolha de dados, designadamente o preenchimento de um breve questionário sociodemográfico e a participação em uma entrevista, cuja duração não ultrapassaria os 90 minutos. As participantes foram, também, informadas sobre as questões relacionadas aos pressupostos éticos, nomeadamente sobre o facto de a participação no estudo ser voluntária,

podendo desistir a qualquer momento, sem qualquer tipo de prejuízo (Beauchamp & Childress, 1994); sobre a natureza confidencial e privada das informações e os dados recolhidos no decurso da entrevista, sendo-lhes explicado que os mesmos só seriam utilizados para os fins dessa investigação (Maxfield & Babbie, 2014a); e de serem anônimas, o que significa que nenhuma informação recolhida permitiria que o participante fosse identificado (Walford, 2005).

Foi também solicitado às participantes para se proceder à gravação da entrevista, em formato de áudio, pois facilitaria a transcrição rigorosa da mesma e permitiria obter informações mais detalhadas, mas garantindo que a gravação seria mentida em segurança, a fim de assegurar questões de confidencialidade e anonimato. Dessa forma, após lhes ser dada a oportunidade de sanar qualquer tipo de dúvida, as participantes foram questionadas sobre o interesse e disponibilidade para participar no estudo. Sendo assim, nove participantes aceitaram participar desse estudo, tendo-lhes sido pedido que assinassem a Declaração de Consentimento Informado (ver anexo II), explicitando todas as informações e pressupostos referidos anteriormente.

Após a declaração de consentimento ser assinada, procedeu-se à recolha de dados, onde a participante preencheu o questionário sociodemográfico e, em seguida, deu-se início à entrevista. Importante destacar que em relação à condução das entrevistas, o roteiro não foi seguido de maneira rígida, uma vez que se tratava de entrevistas semiestruturadas, onde as perguntas, apesar de terem sido elaboradas para atender aos objetivos da pesquisa, serviam apenas como base para as conversas. Em alguns momentos as perguntas foram feitas em uma ordem diferente e de maneira distinta, a depender de como estava sendo conduzido o diálogo e também das interações ocorridas durante a entrevista. Nesse sentido, também foram feitas perguntas complementares que não estavam previstas no guião inicialmente, mas que se mostraram importantes para explorar informações relevantes que surgiram durante a conversa (DiCicco-Bloom & Crabtree, 2006; Kvale, 2007). Durante a realização das entrevistas, procurou-se manter uma escuta ativa e uma conversa espontânea e natural, além de demonstrar aos participantes o interesse em ouvi-los, evitando interrupções que pudessem atrapalhar o discurso ou causar qualquer tipo de desconforto (Wilkinson et al., 2004).

As entrevistas foram conduzidas com base em um conjunto de princípios éticos e técnicas identificadas na literatura. Inicialmente, a investigadora procurou estabelecer um relacionamento com as participantes baseado na confiança e no respeito (DiCicco-Bloom & Crabtree, 2006). A escuta ativa também foi utilizada para demonstrar interesse pelo que estava sendo falado, assim como a ausência de qualquer juízo de valor, deixando claro que o objetivo

da pesquisa era ouvir e entender a perspectiva das participantes sobre as temáticas apresentadas. Para evitar que as respostas fossem curtas e incentivar as participantes a compartilhar informações de forma detalhada, foram feitas perguntas abertas (Wilkinson et al., 2004).

Ao final das entrevistas, foi questionado se as participantes tinham mais informações a acrescentar. Por fim, agradeceu-se novamente pela disponibilidade e colaboração das participantes, oferecendo-se o contacto e a disponibilidade para qualquer esclarecimento que pudesse surgir posteriormente.

7. Procedimentos de análise de dados

7.1 Análise de estatística descritiva

Nesta pesquisa, com o objetivo de caracterizar a amostra da investigação, foi realizada uma análise de estatística descritiva dos dados coletados por meio do questionário sociodemográfico, utilizando o recurso de software IBM SPSS® 29.

Para as variáveis quantitativas (como idade e anos de experiência profissional), foram utilizadas medidas de tendência central e dispersão, já que essas variáveis são representadas por valores numéricos. Assim, foram calculadas a média amostral e o desvio padrão para compreender como os dados estão distribuídos e quão concentrados eles estão em torno da tendência central de um conjunto de observações (Marôco, 2010; Morais, 2005). Para fornecer uma perspectiva mais abrangente sobre o alcance dos dados e a variação dentro do conjunto de observações, também foram calculados os valores máximos e mínimos, permitindo uma análise da distribuição dos dados e da sua variabilidade.

Em relação às variáveis qualitativas (como formação acadêmica e área de formação acadêmica), foram utilizadas principalmente percentagens para descrever os dados, pois esses valores não podem ser medidos em termos de média, mas sim classificados em categorias (Morais, 2005).

7.2 Análise temática

Em relação aos dados que foram recolhidos por meio das entrevistas semiestruturadas, foi realizada uma análise temática, sendo um método flexível e interpretativo de análise de dados, no qual tem como objetivo identificar conceitos, ideias e significados presentes no conteúdo explícito dos dados, permitindo a compreensão de experiências e significados partilhados pelos participantes sobre o fenômeno em estudo (Braun & Clarke, 2013).

A análise iniciou-se com a transcrição detalhada das entrevistas, incluindo pausas, sobreposições e entonações. Em seguida, iniciou-se um processo de imersão nos dados, com o

objetivo de criar uma familiaridade com os mesmos (Braun & Clarke, 2013; Braun et al., 2019; Kvale, 2007). Este processo envolveu ouvir repetidamente as gravações e ler os dados textuais várias vezes, fazendo anotações sobre pontos relevantes para as questões de pesquisa. O objetivo era identificar conexões e peculiaridades que pudessem adicionar profundidade e nuances à codificação posterior (Braun & Clarke, 2013; Braun et al., 2019).

Em seguida, deu-se início à codificação dos dados, sendo este um processo detalhado e sistemático, onde os dados são organizados em torno de conteúdos e significados semelhantes que são relevantes para as questões de pesquisa. O objetivo da codificação é o de fornecer uma interpretação coerente dos dados, com base nos próprios dados. Esta fase poderá seguir duas abordagens: uma de natureza indutiva, onde a análise começa a partir dos dados, ou uma de cunho dedutivo, onde os dados são analisados com base em ideias, conceitos e teorias previamente existentes (Braun et al., 2019). No presente estudo, foi utilizada uma combinação de ambos os métodos, formulando códigos e temas tanto a partir dos próprios dados, quanto da literatura e das dimensões do guião de entrevista semiestruturada.

Após a criação dos códigos e a associação dos trechos das entrevistas correspondentes, a próxima etapa visou a construção de temas através da revisão dos códigos e dos dados agrupados, identificando semelhanças e sobreposições. Códigos semelhantes foram agrupados em categorias coerentes de significado, e um código pode, por si só, ser considerado um tema devido à sua abrangência, complexidade e organização central que captura um padrão significativo nos dados. Os temas, portanto, capturam a essência e propagam os significados dos dados em relação às questões de pesquisa, unindo dados que poderiam parecer díspares ou significados que surgem em múltiplos contextos (Braun & Clarke, 2013; Braun et al., 2019).

A fase seguinte envolveu a revisão e a definição dos temas para garantir que eles se encaixassem bem com os dados codificados e com o conjunto de dados coletados, capturando o significado em relação às questões de pesquisa. Isso envolveu reunir todos os dados codificados para cada tema e revisá-los para assegurar que eles se relacionam com um conceito central, além de verificar os temas em relação a todo o conjunto de dados.

A fase final foi a produção do relatório, que serviu como um teste final para avaliar quão bem os temas funcionam em relação ao conjunto de dados e às questões de pesquisa. Esta etapa garantiu que os temas construídos permanecessem próximos aos dados e respondessem adequadamente às questões de pesquisa (Braun et al., 2019). Por fim, iniciou-se a descrição de cada tema e a interpretação dos dados, apresentando trechos das entrevistas como exemplos ilustrativos.

CAPÍTULO III – RESULTADOS

Nesse capítulo serão apresentados os resultados da análise temática realizada. Dessa forma, considerando as dimensões e subdimensões definidas no guião de entrevista e também a literatura científica sobre o fenômeno que está sendo estudado, a análise revelou a emergência dos seguintes temas: 1) Significados atribuídos ao trabalho enquanto técnica de reeducação; 2) Maternidade na prisão: processo de adaptação e desafios; 3) Ser-se criança no estabelecimento prisional; e 4) A importância do acompanhamento técnico.

1. Significados atribuídos ao trabalho enquanto técnica de reeducação;

Neste tema, num primeiro momento, serão exploradas e apresentados as percepções sobre os seus trabalhos enquanto técnicas de reeducação, destacando as complexidades e desafios inerentes a esta função. O trabalho é descrito como desafiador e complexo, refletindo a natureza multifacetada do ambiente prisional. As participantes relataram a necessidade de habilidades como persistência, resiliência e empatia para lidar com a dinâmica diária e as necessidades individuais das reclusas. A seguir, serão detalhadas essas percepções e experiências.

“O que para mim significa ser técnica de reeducação”

As participantes descreveram que o trabalho de um técnico de reeducação representa um “desafio”, pois “trabalhar no sistema [penitenciário] é um desafio constante” (T1) e “porque todos os dias somos postas aqui um bocadinho à prova” (T7), evidenciando como funciona a dinâmica do ambiente prisional, onde os técnicos devem estar preparados para lidar com situações complexas e inesperadas. Adicionalmente, as entrevistadas referem que no exercício das suas funções como técnicas de reeducação é fundamental serem persistentes e resilientes, reconhecendo estes fatores como centrais no exercício da sua atividade profissional, tal como ilustram os seguintes excertos:

“olha, porque é preciso muita persistência para conseguir lidar com esta realidade, não é uma realidade fácil, e tem muitos avanços e retrocessos” (T8)

“resiliência, porque nem sempre nós conseguimos transmitir aquilo que queremos. Nem sempre elas absorvem aquilo que nós queremos transmitir” (T7)

Além das características mencionadas acima, outra participante destacou a “empatia” (T5) como palavra chave para descrever seu trabalho, referindo que esta característica é essencial para criar um ambiente de compreensão e apoio, facilitando o processo de adaptação das reclusas, tal como demonstra o excerto:

“porque eu acho que a empatia é... imprescindível nas nossas vidas, sobretudo na minha, porque sou uma pessoa considerada empática, e acho que de facto a empatia... o facto de sermos seres sociais e sociáveis... eu acho que de facto é aquilo que mais nos define” (T5)

Uma das participantes descreveu o seu trabalho como “*complexo, burocrático e inovador*” (T2), enfatizando os diversos desafios no dia a dia profissional e revelando a necessidade de possuir diversas competências para atender às necessidades individuais das reclusas e à demanda do trabalho, como ilustrado pelo seguinte excerto:

“...é um trabalho complexo porque estamos a lidar com pessoas, o primeiro ponto, e pessoas diferentes com problemáticas diferentes... depois burocrática pois temos muita papelada para tratar que nos tira muito tempo para as coisas mesmo que precisaríamos tratar com elas. E inovadora porque todos os dias há novidades...” (T2)

Outra participante acrescentou que é um trabalho “*complexo, desgastante e... envolvente*” (T4), sugerindo que além das dificuldades técnicas e no âmbito emocional, há também um alto nível de envolvimento e comprometimento necessário. A participante refletiu sobre sua função da seguinte forma: “*eu tento ajudar a ensinar a resolver problemas...*”, indicando uma abordagem centrada em capacitar as reclusas a enfrentar e resolver seus problemas de maneira eficaz.

2. Maternidade na prisão: processo de adaptação e desafios

Para além das considerações relativas à experiência enquanto técnicas de reeducação, e centrando no objeto específico objeto em análise, as entrevistadas foram questionadas quanto às suas perceções relativamente à influência da maternidade no processo geral de adaptação à prisão. A esse propósito, foram, também, exploradas as perceções sobre o comportamento dessas mulheres, relacionamentos, motivação para a mudança, preparação para a saída, programas e tarefas laborais exercidas dentro do estabelecimento prisional, enquanto

elementos integrantes de um bem sucedido processo de adaptação, conforme se apresenta em seguida.

Processo de adaptação das reclusas mães: rotinas, comportamentos e relacionamentos

A maior parte das entrevistadas afirmou que as reclusas tendem a adaptar-se “bem” (T1); ao estabelecimento prisional e às suas rotinas referindo que “*as que tive adaptaram-se muito bem à circunstância de estarem cá com as crianças e de fazerem as suas rotinas*” (T2). Ao longo das entrevistas, vários foram os fatores avançados pelas participantes para fundamentarem esta sua percepção de uma boa adaptação por parte das reclusas sendo um deles, desde logo, o facto de terem os seus filhos no estabelecimento prisional.

Algumas participantes acreditam que outro fator que influencia o processo de adaptação destas mulheres é o ambiente em que estão inseridas dentro do Estabelecimento Prisional. A este propósito as participantes destacaram que a existência de uma ala própria para mães e para os seus filhos contribui, significativamente, para uma adaptação mais tranquila e confortável, sendo que esta ala específica, com menos reclusas, cria um ambiente mais controlado e menos estressante, além de permitir um acompanhamento mais próximo e personalizado, contribuindo para um maior sentimento de segurança e apoio por parte das reclusas, tal como ilustram os seguintes excertos:

“eu tenho a ideia que é uma adaptação fácil, não é? Elas também estão numa área, numa ala própria com outras mães que tem também os filhos aqui” (T7)

“eu acho que as reclusas que tem os filhos cá com elas se sentem privilegiadas, para já porque é um espaço privilegiado e porque não se sentem tão sozinhas e tão sem liberdade” (T8).

Outro aspeto explorado ao longo das entrevistas, percebido como algo que poderá influenciar o processo de adaptação, diz respeito à forma como essas mulheres entraram no estabelecimento prisional, especialmente no que diz respeito se já existe ou não autorização para que elas tragam seus filhos para o estabelecimento prisional consigo, tal como ilustra o seguinte excerto:

“esse período de adaptação está muito condicionado ao facto de como elas entrarem, de estarem numa situação formal em que há autorizações para que possam estar com o filho aqui... noto que faz aqui alguma diferença porque há mais incertezas quanto ao futuro” (T3).

Um outro aspeto salientado por uma das entrevistadas a propósito dos elementos que influenciam o processo de adaptação, prendeu-se com as diferenças entre as características da reclusão feminina em relação à reclusão masculina. A este propósito, a participante referiu que as mulheres, ao entrarem no sistema prisional, carregam consigo uma responsabilidade emocional e familiar que difere das responsabilidades que os homens possuem, sendo esta diferença importante para entender as dificuldades que as reclusas mulheres enfrentam na adaptação ao ambiente prisional, pois de acordo com a participante:

“nós costumamos dizer que quando uma mulher entra numa prisão, a mulher traz uma enorme carga emocional e familiar, as mulheres trazem a família toda às costas. Nós ainda vivemos numa sociedade muito mais masculinizada e normalmente é a mulher que tem a responsabilidade toda sobre a família. Portanto, quando esse elemento vem cá para dentro, traz, acarreta tudo o que tem lá fora, desde os filhos, a casa, a... a educação das crianças, as questões profissionais. Portanto, isso acaba por ser a grande preocupação e às vezes o grande entrave na adaptação aqui dentro, não é?” (T1).

Ainda no que respeita à análise do processo de adaptação das reclusas, considerou-se importante explorar as perceções das entrevistadas relativamente às diferenças neste processo observadas entre as reclusas cujos filhos permanecem no estabelecimento prisional comparativamente com as outras reclusas. A este propósito, algumas participantes indicaram que, de facto, o processo de adaptação não é igual, salientando como a presença dos filhos torna o processo mais fácil e tranquilo em comparação com as reclusas que cumprem a pena sozinhas, pelos seguintes motivos: a presença dos filhos proporciona uma conexão emocional e familiar direta; os filhos atuam como uma fonte de amor e afeto, ajudando a diminuir o estresse e a ansiedade; as mães que podem ficar com seus filhos sentem-se privilegiadas, essa sensação pode auxiliar na saúde mental e o bem estar, conforme demonstram os seguintes excertos:

“Esta adaptação é mais fácil nas reclusas que têm os filhos cá com elas. As reclusas que não tem os filhos com elas e que deixam os filhos no exterior... a adaptação é sempre um bocadinho mais difícil, é sempre um momento de angustia, não é?” (T8).

“Não, eu acho que as reclusas com filhos têm uma adaptação mais tranquila, e porque? Porque, para começar, porque tem ali um membro da família, portanto, tem ali um elo de ligação muito forte” (T7).

“Eu percebo, pelo menos da experiência que tenho, mas é... as mulheres que eu acompanho entraram aqui com os filhos pequeninhos, e todas elas, eu notei que estavam mais calmas, mais estáveis, porque tinha um filho consigo, porque é uma fonte de afeto” (T5).

Algumas entrevistadas referiram, também, a existência de diferenças especificamente no que respeita aos comportamentos apresentados pelas reclusas e ao próprio cumprimento das normas e regras institucionais, indicando que o fato de essas reclusas terem os filhos consigo faz com que se comportem melhor, pois as reclusas com filhos precisam direcionar seu tempo e atenção para cuidar deles, e responsabilidades associadas aos cuidados dos filhos limitam o tempo livre das reclusas, fazendo-as a adotar uma rotina mais estruturada; além disso, essa diferença de comportamento é atribuída ao fato dessas reclusas estarem em um ambiente separado e próprio para essa população, contribuindo para uma diminuição dos comportamentos violentos entre reclusas, tal como demonstram os seguintes excertos:

“claramente, porque uma mulher que traz o seu filho para o meio prisional acaba por ter como prioridade o comportamento do filho, e mesmo que não o tenha, ela vai ter que ter, porque tem que cuidar dele. Portanto, acaba por promover algum afastamento relativamente às outras pessoas que estão cá presas, ou seja, ela tem que direcionar mais o tempo dela e a atenção dela para o filho” (T5)

“tem outro tipo de responsabilidades. Não podem ir jogar cartas sempre que querem, não podem, não é? Não podem ir para a cela só a ver televisão. Tenho que ir tratar da criança, tenho que dar a refeição à criança. Portanto, há todas as responsabilidades que as outras não têm” (T2)

“sim, há menos agressão, há menos agressão física. As reclusas num pavilhão grande, muitas personalidades, portanto, muitas mulheres juntas, o conflito é sempre muito maior. Portanto, a parte física, a violência física é mais notória” (T7).

Todavia, outras participantes trouxeram outra perspectiva, afirmando que não percebem grande diferença no processo de adaptação em relação a outras reclusas, indicando que a adaptação e o comportamento não estão necessariamente ligados ao fato de serem mães, mas sim às características individuais de cada uma, e que algumas reclusas, independente de terem filhos ou não, mantêm comportamentos conflituosos, tal como demonstram os seguintes excertos:

“não é porque são mães que vão adequar o comportamento, porque há mulheres que são impulsivas por natureza, conflituosas, e as vezes ate já criam esse mau ambiente por coisas insignificantes, percebes?” (T9)

“não, não, não. Depende das características de cada uma também. Não têm a ver com os filhos” (T6)

“eu acho que, por norma, nós esperamos que as reclusas que estão cá com filhos tenham um comportamento melhor. Eu, pessoalmente, não acho, acho que é igualzinho terem cá os filhos ou não terem” (T8)

A propósito do processo de adaptação, um elemento referido por várias entrevistadas prendeu-se com o tipo de relações que as reclusas estabelecem dentro do estabelecimento prisional, nomeadamente com os funcionários do estabelecimento prisional, com os seus filhos e com as outras reclusas. Assim, considerou-se importante explorar este aspeto em maior detalhe. A este propósito, e concretamente no que respeita ao tipo de relações estabelecidas com os profissionais do estabelecimento prisional, a maioria das participantes descreveram-nas como um *“um relacionamento bom”* (T9), salientando a sensibilidade que os profissionais apresentam no desempenho de funções com esta população *“muita sensibilidade para tratar de todas as questões das mães que tem os filhos com elas”* (T3) e, sobretudo, a proximidade que muitas vezes se cria entre as reclusas e as técnicas que a acompanham ao longo do cumprimento da medida, sendo salientada a necessidade de se construir uma relação, afetiva até, com estas mulheres, tal como ilustram os seguintes excertos:

“relação, porque sem se criar uma relação é quase impossível chegarmos a definirmos um plano conjunto, não é, é quase como se tivesse cada um a remar para o seu lado” (T3)

“eu acho que é um relacionamento de proximidade, acho que elas sabem que podem contar com as técnicas e com todo o pessoal” (T7)

“afeto, porque eu acho que nada disto se consegue fazer, principalmente no estabelecimento feminino, sem haver afeto, sem haver o... gosto pelo ser humano, acho que acima de tudo” (T8)

Para além da relação com o corpo técnico, muitas participantes destacaram, também, o relacionamento de proximidade que as reclusas estabelecem com as guardas prisionais, por estarem mais presentes nas rotinas delas com as crianças, possuem uma compreensão mais profunda das necessidades das reclusas e seus filhos, sendo vistas como figuras protetoras, oferecendo apoio e se envolvendo profundamente no cuidado das crianças, poia experiência pessoal, muitas delas também sendo mães, facilita uma conexão e entendimento mais profundo, tal como ilustram os seguintes excertos:

“eu aí destacaria, sem dúvida, as guardas, porque eu penso que as guardas são bastante protetoras, maternais, acho que elas apoiam bastante, acho que elas se envolvem para o bem e para o mal, se envolvem muito na questão das recusas de terem os filhos, ajudando, acredito que ajudando ao máximo” (T4)

“às vezes as guardas percebem isso de mais coisas porque estão lá mais 24 horas com elas...” (T9)

“quem está mais perto, neste caso, são o corpo da guarda, mas dá sempre uma ajuda, ajuda a explicar como é, como não é, porque também já foram mães” (T6).

Quando questionadas sobre o tipo de relação estabelecido com as crianças, a maioria das participantes percecionam e descrevem as reclusas como sendo boas mães, indicando que a *“a maioria são mães afetuosas e preocupadas” (T7)* e *“que correspondem em absoluto às necessidades dos filhos” (T5)*. Uma das participantes mencionou, inclusivamente, que a rotina no estabelecimento prisional oferece condições que permitem às reclusas desempenharem melhor o papel de mãe pelo fato de terem mais tempo disponível para se concentrarem no cuidado e atenção às crianças, devido à ausência de preocupações domésticas, tal como ilustra o excerto que se apresenta em seguida:

“também há aqui um aspeto que ajuda, que é, elas não têm de se preocupar com o cuidar da casa, com o cuidar de outros filhos, com o cuidar de maridos... Ou seja, elas aqui têm as refeições asseguradas, elas aqui têm... um espaço muito pequenino para cuidar, muito pequenino para cuidar, é mais fácil de limpar, é mais fácil de organizar, de arrumar...” (T5)

Contudo, nem todas as participantes demonstraram uma perspetiva tão positiva quanto ao tipo de relacionamento estabelecido entre mães e filhos, sendo que duas das participantes indicaram que, em alguns casos, parece existir uma instrumentalização dos filhos, ou seja, a criança é vista pelas mães como um recurso para alcançar benefícios pessoais. Com efeito, neste âmbito, as participantes mencionaram situações em que reclusas usam os filhos para obter vantagens, como garantir a permanência em pavilhões específicos ou manter privilégios que de outra forma poderiam perder, tal como exemplificado pelos seguintes excertos:

“há um caso ou outro que realmente tentam manipular o seu bem-estar em prol dos filhos lá fora, querer determinadas coisas e exigirem determinadas coisas que não podem ter” (T6)

“de facto aquilo que nós notamos, felizmente não é com toda, com 100% das mães, mas é, há aqui uma instrumentalização dos filhos também para o bem-estar delas, ou seja, elas sabem que enquanto tiverem aqui os filhos, vão se manter naquele pavilhão, vão se manter com alguns benefícios que deixam de ter se transitarem de pavilhão” (T1)

Por fim, também destacaram a dinâmica de relacionamento das reclusas que têm os filhos consigo com outras reclusas, revelando uma interação caracterizada por suporte, respeito e cuidados mútuos. As entrevistadas indicaram que a interação afetuosa entre as reclusas contribui para um suporte emocional vital, referindo que este tipo de interações é benéfica não apenas para as mães e as crianças (e.g. o contacto com diferentes pessoas dentro do ambiente prisional pode proporcionar uma variedade de estímulos sociais e emocionais importante para o desenvolvimento das crianças) mas também fortalecem as relações sociais entre todas as reclusas, onde o apoio mútuo e o respeito são fundamentais para um ambiente prisional mais humano. Os seguintes excertos ilustram estas perspetivas:

“eu noto que as outras reclusas interagem com as mulheres que têm os seus filhos cá com muito mais cuidado, com muito mais sensibilidade, com muito mais delicadeza, acabam por ter uma atitude mais protetora relativamente a essas mães, relativamente às crianças que estão com as mães, acaba por promover muito mais respeito e muito mais cuidado e muito melhores relações com essas pessoas (T5)

“eu acho que também só favorece, porque eu quando vou à ala vejo muitas vezes os filhos das reclusas ao colo de outras, gostam muito de acarinhar e de fazerem quase de madrinhas e gostam muito de aproveitar, entre aspas, no bom sentido, o facto de poder estar com uma criança e ajudam e... participam também” (T4)

Estratégias de reintegração: motivação, preparação para a saída e a importância das atividades durante o cumprimento da medida

No que concerne a motivação dessas reclusas para a mudança, a maioria das entrevistadas acreditam que a maternidade é um fator motivador para a mudança, potenciando a busca por estabilidade por parte das reclusas. Com efeito, as entrevistadas referem que não só o envolvimento emocional e afetivo, como a responsabilidade de cuidar de um filho incentiva e motiva as mães a projetarem um novo futuro, definindo objetivos e esforçando-se para alcançarem mudanças positivas nas suas vidas. Uma das entrevistadas refere, também, que para além dos planos para si própria, também o planeamento de um futuro para o seu filho é um indicador importante daquela que é a vontade e a motivação das reclusas para mudarem. Os seguintes excertos ilustram estas perspetivas:

“em boa verdade, ter um filho é como ter um novo projeto, não é? É isso. Embora já pudesse estar projetado há muito tempo, não é? Mas às vezes acaba por ser um elemento que ajuda a projetar melhor essas mudanças de facto” (T3).

“primeiro, porque elas emocionalmente estão mais preenchidas e têm níveis mais elevados de motivação, estão mais satisfeitas emocionalmente, mais realizadas emocionalmente. E depois, porque também sentem a responsabilidade perante... os filhos” (T5)

“quer dizer, acho que ter um filho motiva para que elas se preocupem com a saída e com dar uma certa estabilidade, uma continuidade à estabilidade a criança, eu penso que sim” (T7).

Relacionado com a motivação para a mudança, um dos aspetos salientado no decurso das entrevistas respeita à preparação dessas mulheres para a saída do estabelecimento prisional. Sendo percebida, de algum modo, como uma forma de concretização desta motivação para a mudança, esta fase é crucial, reconhecendo-se que a presença dos filhos pode ter um impacto significativo no bom desenrolar destas atividades. Com efeito, esta preparação, com frequência, compreende elementos relacionados com os meios económicos para supressão das suas próprias necessidades e das necessidades dos seus filhos aquando da saída em liberdade, uma vez que este aspeto é percebido como um potencial condicionante a uma bem sucedida reintegração, tal como demonstram os seguintes excertos:

“(...) Eu agora vou ser melhor, vou me dedicar mais aos filhos, mas... acho que depois a vida não se vai resumir só a isso... depois são as condições económicas... acho que vai impactar mais (T4)

“e, portanto, noto que algumas delas têm mais preocupação com o trabalho, por exemplo, com essa questão da... da libertação. O que é que eu vou fazer? O que eu vou fazer depois? Quando sair? Como é que... Qual será o, qual será o meu novo, o meu novo projeto de vida? (T3)

Será de notar, contudo, que apesar de algumas entrevistadas descreverem situações francamente favoráveis no respeito à motivação para a mudança destas mulheres, há participantes que referem, igualmente, que nem todas as reclusas demonstram a mesma motivação para a mudança, indicando que algumas apresentam dificuldades acrescidas no que respeita a este processo de transformação e referindo a autocentração, as dificuldades de adaptação às regras e normas institucionais e um historial de vida desestruturado como principais motivos, tal como ilustra o seguinte excerto:

“agora, depois também temos outras que se verifica que isso não existe, não é? Também são aquelas que têm mais dificuldade no cumprimento de normas e regras, são aquelas que

estão mais centradas em si do que no superior interesse da criança, que já vêm lá de fora com um percurso de vida muito desestruturado e... sem objetivos” (T1)

Entretanto, apesar das intenções de mudança, as participantes trazem preocupações pois, após a saída dessas mulheres, a reincidência permanece um desafio significativo. A alta taxa de reincidência, especialmente em estabelecimentos prisionais femininos, indica que muitas reclusas acabam retornando ao sistema prisional:

“todas elas dizem isso. A verdade é que, nós temos uma elevada taxa de reincidência, e como há poucos estabelecimentos prisionais femininos, portanto, nós, todas as que reincidem, que são aqui da zona de Lisboa, voltam sempre aqui. E, portanto, nós já... muitas delas já as conhecemos, não é?” (T1)

As participantes referiram, também, a existência e a participação das reclusas em atividades e programas dedicados a apoiar as reclusas na adaptação e reintegração à sociedade, após o cumprimento da pena. As respostas revelaram que existem programas implementados por associações externas, direcionados principalmente para mães, cujos principais objetivos são a promoção de competências parentais, ajudando a melhorar a capacidade das mães em lidar com situações cotidianas relacionadas à criação dos filhos, como ilustram os seguintes excertos:

“sim. Nós temos tido aqui a colaboração de uma entidade externa que é ... (...), que tem feito aqui alguns programas de promoção da parentalidade e de uma parentalidade positiva e que, por norma, até tem bastante, bastante adesão por parte das reclusas” (T3).

“Eu penso que o programa está direcionado para promover competências e saber lidar com situações típicas. Mas o objetivo geral do programa será sempre melhorar as competências parentais das mães e é feito através, pronto, de dinâmicas do grupo, de partilha” (T7)

“sobretudo, trabalhar as questões dos limites, a questão da parentalidade positiva, as birras, também ali uma parte do desenvolvimento das crianças, o vínculo, é basicamente isso” (T1)

No que diz respeito às tarefas laborais realizadas dentro do estabelecimento prisional, as participantes afirmaram que não há exclusividade em relação aos trabalhos, as reclusas mães podem participar de trabalhos gerais disponíveis para todas as reclusas, havendo apenas necessidade de adaptações, sobretudo no que respeita aos horários, para garantir que as reclusas mães possam se dedicar aos filhos, conciliando com os horários da creche do estabelecimento, conforme ilustram os seguintes excertos:

“Específicas não, podem ter as de qualquer outra reclusa, podem ter alguma prioridade no acesso, sobretudo quando não venha dinheiro do exterior. procura-se ajudar um pouco mais e garantir trabalho, mas os trabalhos são como os de todas as outras” (T4)

“são tarefas que todas as reclusas podem fazer. Não há exclusividade. Podem fazer tudo. Lá fora também fazemos tudo, não é? É um bocadinho por aí” (T7)

“sim, elas trabalham, podem trabalhar como qualquer outra recusa em qualquer área. Depois só têm que ir buscar a filha dentro, poderão ter que ser os horários adaptados, mas isso é feito sem problema absolutamente nenhum” (T3)

Entretanto, mesmo não havendo trabalhos específicos para essas mulheres, as participantes informaram que é priorizado o acesso dessas mulheres aos trabalhos, principalmente por razões econômicas, especialmente quando não recebem apoio do exterior. Os seguintes excertos demonstram estas perspectivas:

“normalmente, o que acontece é eu sinalizar à selecção laboral as necessidades, mais do que ser mãe, as necessidades económicas de cada reclusa. E se têm pouco apoio do exterior, e se têm esse pouco apoio, então eu proponho-os para o trabalho.” (T2)

“e na integração em posto de trabalho, prioriza-se as reclusas que são mães, sobretudo quando elas não têm outra fonte de rendimentos” (T4)

Por fim, a atividade laboral dentro do estabelecimento prisional é vista de forma muito positiva pelas participantes, contribuindo não só para o aspeto financeiro, mas também para a criação de rotinas e estrutura diária, permitindo que elas tenham rotinas organizadas e que

desenvolvam hábitos saudáveis, facilitando a transição para a vida fora do estabelecimento prisional:

“O que é muito bom porque o trabalho na reclusão é de facto um aspeto muito importante. Não só pela questão financeira, mas também pela questão de criar rotinas de trabalho e de dar aqui alguma estrutura durante o dia, não é? E para as mães não deixa de ser verdade também” (T3).

Para além dos aspetos supra referidos, ao longo das entrevistas foram, também, abordadas as relações íntimas enquanto fator influenciador da motivação para a mudança destas reclusas. De acordo com as entrevistadas, a influência dos parceiros amorosos pode não ser sempre positiva, e relacionamentos abusivos podem dificultar a capacidade das reclusas de estarem comprometidas com um processo de mudança, reforçando padrões de comportamento que as levaram à reclusão, como descrevem os seguintes excertos:

“eu não sei, eu não arrisco a dizer que sim, porque às vezes aqui, por exemplo, um companheiro, a escolha de um companheiro é uma influência muito forte. Penso que é essa influência aí que vai ser muito forte. Os filhos, gostaria de pensar que sim, mas acho que nem tanto” (T4)

3. Ser-se criança no estabelecimento prisional

Neste tema, será abordado como funciona as rotinas das crianças dentro estabelecimento prisional, explorando-se, em seguida, os recursos disponíveis e seu impacto no desenvolvimento das crianças, bem como as vantagens e limitações decorrentes da permanência no estabelecimento, e por fim, o processo de preparação para a saída das crianças.

Rotina das crianças dentro do estabelecimento prisional

No que se refere a rotina das crianças dentro do estabelecimento prisional, todas as participantes descreveram que a rotina é cuidadosamente estruturada para se assemelhar, o máximo possível, com aquela que teriam fora do ambiente prisional, garantindo, assim, uma vida cotidiana equilibrada para as crianças. Desde o processo de entrada das crianças dentro do estabelecimento prisional sendo notório, no discurso da maioria das entrevistadas, que este aspeto é motivo de preocupação para os profissionais envolvidos havendo, por parte destes, um foco imediato na garantia do bem-estar da criança e na promoção de uma adequada integração

ao novo espaço onde se encontram, a fim de lhes proporcionar um ambiente seguro e estruturado desde o momento da entrada, conforme demonstram os seguintes excertos:

“Ora bem, eu confesso de facto que quando entra uma senhora e que me dizem que entrou com um filho, por norma, fico sempre um bocadinho mais preocupada, não é? Porque percebo que está ali um menor e, portanto, vou atender o mais depressa possível...” (T3)

“Por isso nós tentamos sempre com as mães, assim que entram aqui, o objetivo é começar a trabalhar logo o projeto de vida daquela criança...” (T1).

A este propósito foi referido ao longo das entrevistas que, para uma boa adaptação ao ambiente prisional, as crianças têm uma rotina que inclui atividades na creche, onde passam a maior parte do dia. Durante esse período, são oferecidas atividades pedagógicas e recreativas, supervisionadas por educadores e auxiliares e adaptadas as idades. Além disso, são proporcionados momentos para refeições, descanso e interação com outras crianças. A estruturação cuidadosa visa minimizar os impactos psicológicos da prisão na vida das crianças, oferecendo um ambiente que promove o desenvolvimento saudável. Os seguintes excertos ilustram estas perspetivas:

“por isso as crianças, tenta-se que elas tenham, isso é aquilo que eu sei desde todo o tempo que cá tenho, é que se tenta que as crianças tenham uma rotina o mais semelhante possível às rotinas dos meninos na rua” (T9)

“daquilo que eu sei, elas vão de manhã, já penso que com um pequeno almoço tomado, vão, as mães dirigem-se à creche, deixam ficar as crianças, elas já estão em plena adaptação, passam lá o dia todo, almoçam lá, dormem à sesta e fazem aquelas atividades todas pedagógicas. E depois ao fim da tarde as mães vão buscar a criança, fazem o jantar com elas, o jantar é cedo, por volta das seis horas, seis e tal, estão a jantar, e depois às sete horas toda a gente é fechada” (T4)

As entrevistadas descrevem a existência de uma diversidade de recursos que estão disponíveis para as crianças, disponibilizados pela DGRSP e por entidades externas, e que visam, essencialmente, proporcionar um ambiente seguro e enriquecedor para estas. Assim, a este propósito, referem a existência de serviços de atendimento médico e pediatra, creche, e

atividades específicas destinadas ao desenvolvimento infantil. De acordo com as participantes, todos os recursos disponibilizados para as crianças são suficientes, adequados, adaptados às necessidades das crianças, apresentando elevados níveis de qualidade. Os excertos que se apresentam em seguida ilustram estas percepções:

“Tem os recursos normalíssimos. As atividades são extremamente adequadas à idade, porque a educadora também é cinco estrelas e é uma super educadora, realmente ela é extremamente profissional” (T6)

“acho que são super bons, são muito bons... Todas as crianças, todos os infantários do país têm os recursos que nós aqui temos, sem dúvida nenhuma são muito bons. O acompanhamento aqui das crianças é levado muito a sério, sempre com muita atenção, portanto, é 5 estrelas, acho que é acho que funciona muito bem” (T7)

“por exemplo, é um EP que está preparado para receber crianças, não é? E tem serviços próprios para quem tem este tipo de população conosco, como o serviço de creche, até mesmo os serviços clínicos, as consultas de pediatria” (T3)

O impacto da rotina e dos recursos disponibilizados dentro do estabelecimento prisional na vida e no desenvolvimento das crianças foram aspectos amplamente explorados nas entrevistas. A maioria das participantes acredita que há um impacto positivo, permitindo que essas crianças se desenvolvam bem, conforme ilustram os seguintes excertos:

“ai, sem dúvida. Se elas não tivessem essas condições, o desenvolvimento delas poderia ficar comprometido de alguma forma, sim. Eu acredito que as boas condições que nós temos aqui faz com que seja possível as crianças estarem cá num registro de bem-estar e que seja adequado para elas, sim” (T3)

“é assim, eu acho que há de haver crianças que cá dentro até acabam por ter... mais cuidados de saúde do que se estivessem lá fora. Sobretudo se vivem em condições muito difíceis lá fora, aqui eventualmente têm melhores condições...” (T5)

Contudo, esta opinião não é partilhada por todas as entrevistadas. Com efeito, algumas participantes apresentaram outra perspetiva quanto aos recursos disponibilizados para as

crianças, referindo a sua escassez: “*eu estive na abertura deste estabelecimento e penso que eles já foram mais abundantes do que são nessa altura...*” (T4).

Com base nisso, as participantes oferecem sugestões de melhorias para o suporte às crianças dentro do estabelecimento prisional, destacando a importância de programas externos e de um acompanhamento contínuo após a saída do estabelecimento, destacando importância de proporcionar mais oportunidades para as crianças saírem do estabelecimento prisional para atividades externas. Além disso, uma das participantes sugere que tenha um acompanhamento contínuo para as crianças, com uma equipe técnica dedicada a auxiliá-las na adaptação ao mundo exterior, reforçando a necessidade de um suporte específico e prolongado, como ilustram os seguintes excertos:

“eu se pudesse mudar... mas isso lá está... (...) eu levaria mais as crianças lá fora, faria mais programas no exterior” (T4)

“eu acho que estas, eu não sei como é que é lá fora, mas eu acho que estas crianças deveriam continuar a ter um acompanhamento, deveria haver uma equipa técnica que depois se preocupasse com a entrada delas no mundo exterior, a adaptação ao mundo lá de fora, a entrada na escola, o acompanhamento com a relação com a restante família, eu acho que seria importante haver depois aqui uma um acompanhamento específico, técnicos para este tipo de crianças” (T7)

Benefícios ou limitações da permanência das crianças no Estabelecimento Prisional

Outro aspeto explorado foi a perceção das participantes relativamente aos benefícios e limitações decorrentes da permanência das crianças no estabelecimento prisional. A este propósito, ao longo das entrevistas, o aspeto que sistematicamente surgiu como positivo prende-se com a construção do relacionamento mãe-filho, sendo destacado, pela maioria das entrevistadas a importância da criação de um vínculo que, do seu ponto de vista, se sobrepõe a qualquer desvantagem que possa advir da permanência da criança no estabelecimento prisional. Além do vínculo mãe-filho, o acesso a recursos e a manutenção de rotinas estruturadas dentro do estabelecimento prisional, foram aspetos destacados, tal como ilustram os seguintes excertos:

“sendo idades precoces, o grande benefício é a vinculação, fazer uma vinculação à mãe. E depois os cuidados que pode ter. E manter alguma normalidade, consegue ter horários, consegue ter rotinas, que se calhar de outra forma não teria” (T2)

“tem a ver com o tempo e a maior disponibilidade para estar mesmo só com a criança. E aqui, de facto, acabam por ter maior disponibilidade de tempo para se debruçarem mesmo na relação com o filho (T3)

“em alinhamento com o que a psicologia diz de facto, a criança estar junto dos pais até os 3 anos pode trazer muitos benefícios, requer muitos momentos que são decisivos para o desenvolvimento da personalidade” (T4)

Por outro lado, embora haja um esforço significativo para manter uma rotina estável e semelhante à da vida no exterior, duas participantes apontaram alguns aspetos negativos para as crianças decorrentes da adaptação às rotinas instituídas nos estabelecimentos prisionais Estabelecimento Prisional de Santa Cruz do Bispo – Feminino e o Estabelecimento Prisional de Tires – Setor Feminino, revelando preocupações significativas quanto aos potenciais impactos negativos para as crianças. As participantes chamam a atenção para a existência de possíveis lacunas no desenvolvimento e consequências psicológicas, como o desenvolvimento de experiências traumáticas pela falta de liberdade e restrição ao ambiente exterior. Além disso, as participantes também revelaram uma preocupação com a linguagem inadequada, apontando um ambiente onde as crianças podem estar expostas a comportamentos e comunicações que são inapropriados ao desenvolvimento:

”eu acho, do meu ponto de vista, isto é um bocadinho traumatizante para as crianças, sobretudo, aquelas crianças que saem ao exterior, começam a ter a noção do que é uma casa, o que é que é uma cozinha, o que é que é um fogão, o que é que é circular livremente por uma casa, e aqui serem fechadas às 19 horas dentro de um espaço” (T1)

“das crianças, é claro que eu acredito que haja aqui lacunas no desenvolvimento, porque as saídas ao exterior são raras, já foram também mais regulares, nos primeiros anos que esse estabelecimento funcionou havia muitas saídas ao exterior, eu vejo cada vez menos. E com certeza que isso tem algum impacto, porque as crianças estão cá muito fechadas, eu acho” (T4)

“assim que elas começam a falar, elas depois já têm uma linguagem que às vezes não deviam ter. Portanto, por isso é que aos três anos convém já cortar esta realidade para não terem memórias ou não criarem memórias disto. Mas não sei outra coisa melhor que poderia fazer... Porque depois também ficar aqui, imagina uma criança presa... A criança não tem que tá presa, não é?” (T9)

Por fim, as participantes expressaram suas opiniões sobre a legislação que permite a permanência das crianças em estabelecimentos prisionais até os 3 anos, com possibilidade de estender até aos 5 anos. A maioria das participantes concorda que até os 3 anos é uma idade adequada para que as crianças permanecessem com suas mães em estabelecimentos prisionais, considerando a estrutura da creche e o programa educativo até essa idade. A opinião geral é de que estender essa permanência para além dos 3 anos, indo até aos 5 anos, seria excesso e prejudicial, de acordo com os excertos a seguir:

“não utilizamos esse excepcional aqui, e porquê? Porque se considera, para já termos a creche que funciona, como qualquer equipamento de creche lá fora, o programa educativo é até aos 3 anos” (T1)

“se a mãe escolhe ter aqui a criança até os 3 anos, eu acho que sim, que era importante que assim continuasse, com todas as lacunas que ficam sim no desenvolvimento da criança, ainda assim acredito que seja preferível” (T4)

“até aos 5 acho que é um exagero, acho que o timing está certo. Teria de ser trabalhar mesmo aquela fase da saída, para mim, é a minha opinião. Mas é isso, apenas nisto” (T6).

Processo de preparação para a saída das crianças

Um tema que traz grande preocupação e que foi sistematicamente abordado pelas participantes ao longo das entrevistas prende-se com o processo de preparação das crianças para a saída do estabelecimento prisional. As entrevistadas percebem este momento como sendo crucial para garantir uma transição adequada e minimizar o impacto da separação das mães e filhos. Para além disso, as participantes revelam a complexidade associada a possibilidade de haver uma institucionalização das crianças após deixarem o ambiente prisional, pois esses processos podem significar uma ruptura significativa nos laços familiares

e afetivos, podendo inclusive resultar na perda da relação mãe e filho. Adicionalmente, as participantes também destacam a importância de um processo gradual de saída e integração das crianças antes de uma saída definitiva, visando facilitar a adaptação das crianças a um novo ambiente e também a preparação emocional das mães no caso de haver essa separação, como ilustram os seguintes excertos:

“só fico um bocado preocupada, é... no caso das mães cuja pena é elevada e que aos 5 anos de idade do filho tem que o deixar sair, isso preocupa-me um bocadinho, pode acontecer até de a criança perder o contacto com a mãe e a começar a ir com uma família de acolhimento, e eventualmente surgir uma situação de adoção, isso de facto eu acho que é um constrangimento muito grande, e uma fonte de sofrimento muito grande” (T5)

“mas também custa o facto de tá aqui uma mãe 3 anos com uma criança, porque se não tiver retaguarda, depois essa criança ir pra uma instituição, isso também é muito... muito forte, não é? Porque a criança não conhece ninguém na instituição e vai separar da mãe. Pah, não sei... Isso aí é uma coisa mais difícil pra mim...” (T9)

“é, para mim, o que eu considero que é mais difícil é quando elas têm que mandar as crianças para fora, aí existe realmente, aí é que eu acho que devia ser um processo com mais extensivo, mais saídas antes das crianças saírem, tanto para as crianças se adaptarem ao exterior como as mães se adaptarem à saída delas” (T6)

No processo de preparação para a saída do estabelecimento prisional, um trabalho multidisciplinar com a colaboração de diferentes profissionais, segundo uma participante, é essencial para criar um plano de transição que considere tanto as necessidades emocionais da criança quanto as circunstâncias legais da mãe, garantindo uma excelente preparação para o momento da separação na saída da criança e a reintegração familiar:

“esse preparo para a saída da criança tem que haver aqui um trabalho de vários profissionais, nós técnicas de tratamento, a psicóloga, a educadora e envolver até o técnico de reinserção social” (T1).

Além disso, durante o período em que as crianças estão no estabelecimento prisional, e para que mantenham uma rotina “normal”, uma das participantes relatou que é priorizado que

mantenham algum contacto com a família, visando manter vínculos familiares essenciais e iniciar o processo de adaptação à vida fora do ambiente prisional, esse contacto também ajuda a estabelecer uma rotina estável e estruturar a preparação para a saída:

“mas nós tentamos sempre que as crianças tenham o máximo de contato possível com a família lá fora para também começarmos a estruturar aqui a saída daquela criança” (T1).

4. A importância do acompanhamento técnico

No presente tema, foram abordadas as percepções das participantes sobre o acompanhamento técnico realizado pelas técnicas de reeducação dentro dos estabelecimentos prisionais femininos. Neste sentido, foi explorada a rotina de trabalho no acompanhamento das reclusas e seus filhos, os desafios no acompanhamento e a experiência profissional.

Experiência e rotina de trabalho no acompanhamento das reclusas e seus filhos

A experiência de trabalhar com reclusas cujos filhos se encontram dentro do estabelecimento prisional foi descrita pelas participantes como *“uma grande aprendizagem”* (T1). Ao começar a trabalhar com esse público específico, uma das participantes relatou o impacto que sentiu ao ver crianças dentro do estabelecimento, e essa experiência inicial pode ser emocionalmente desafiadora, refletindo a realidade da complexidade das situações que enfrentam:

“ora, de facto foi aquilo que mais impactou, foi ver que de repente havia aqui dentro, para além de pessoas presas, adultos, mulheres adultas presas, havia também crianças a acompanhar as suas mães. E de facto isso foi aquilo que... criou mais impacto em termos emocionais (T5)”.

Ao começar a trabalhar com essa população, uma participante acreditava que seria prejudicial para as crianças estarem em uma prisão, entretanto, foi surpreendida positivamente pela experiência, pois é possível descobrir que, essa configuração pode oferecer benefícios para a criança, como a manutenção do vínculo mãe-filho, destacando a necessidade de se livrarem de qualquer tipo de pré-conceito que possuíam antes de começar a trabalhar como técnico de reeducação:

“eu acho que vinha com um preconceito de que era muito mau as crianças estarem cá dentro, e quando cá cheguei percebi que era uma alternativa positiva tanto para as crianças como para as mães” (T2).

No que diz respeito a rotina de trabalho, a comunicação regular com as reclusas é fundamental para garantir as necessidades diárias e garantir um acompanhamento eficaz, e essa comunicação continua permite uma melhor compreensão das condições e necessidades que as reclusas e as crianças possuem:

“elas depois por norma podem pedir atendimento diário através das guardas, como elas dizem, a dar o número. Portanto, eles dão o número delas e as guardas apontam a técnica respectiva e depois durante o dia elas podem ser chamadas...” (T3).

Durante as entrevistas, as participantes destacaram as diferentes perspetivas sobre o trabalho que as técnicas desempenham com essas crianças, destacando a importância do acompanhamento interdisciplinar com outros profissionais para assegurar um suporte eficaz, o trabalho em conjunto com psicólogos, técnicos de reeducação e educadores de infância são fundamentais para assegurar o superior interesse da criança, permitindo uma intervenção mais completa:

“o trabalho que eu faço é sempre em conjunto com a psicóloga clínica, portanto, no sentido de organizarem a saída das crianças. É sempre feito, faço um contacto muito estreito com a psicóloga clínica, com o técnico de reinserção social também e com a educadora de infância. Existe aqui uma articulação muito estreita, sempre tentando... sempre voltada para o superior interesse daquela criança, cada vez mais temos essas coisas mais estruturadas” (T5).

Uma das dimensões abordadas ao longo das entrevistas prendeu-se com a análise das percepções das entrevistadas relativamente à especificidade do trabalho e acompanhamento técnico desta população, ou seja, das reclusas mães e dos seus filhos. A este propósito, algumas participantes descreveram os princípios que orientam a sua prática e intervenção, indicando que o trabalho com as mães envolve o acompanhamento prisional e o desenvolvimento de competências parentais, havendo a necessidade de uma abordagem sensível às necessidades emocionais dessas reclusas, com foco na reabilitação e fortalecimento dos laços familiares:

“o contacto com as reclusas mães pra mim tem 2 vertentes, que é acompanhar aquela mulher em termos de tratamento prisional, das atividades que pode fazer aqui dentro... da motivação para aderir a essas atividades, e depois outra questão paralela é trabalhar a parte da maternidade, trabalhar o projeto de vida daquela criança, trabalhar as competências dela como mãe, e prepará-la para a saída da criança” (T1);

“é um pouquinho de psicologia, é conversar com elas, é orientá-las, é ajuda-las a tentar perceber... a perspectiva das coisas mais racional... pronto, ver para que lado é onde está a razão, mesmo que elas emocionalmente estejam embaixo...” (T5).

Além disso, as experiências profissionais e pessoais das participantes contribuem significativamente, no qual as experiências pessoais das técnicas como mães, irmãs e avós, contribui para que haja um acompanhamento empático para aconselhar e apoiar as reclusas em suas responsabilidades parentais, pois com base em suas próprias experiências, conseguem intervir com mais propriedade juntamente às mães e as crianças:

“é assim, eu sou mãe, fui irmã, criei irmãos, criei os filhos e estou com netas. Já fui irmã, mãe e avó... E procuro sempre dar conselhos às mães, aquelas que eu acompanhava, não é? Para... pronto... ajudar no crescimento dos filhos da forma mais adequada” (T6).

Em relação aos aspetos mais técnicos, as técnicas de reeducação desempenham um papel importante administrativamente e judicialmente, procurando assegurar uma comunicação consistente e fornecer assistência administrativa, esse suporte inclui desde questões relacionadas com os filhos até à renovação de documentos necessários para diversas questões. Outro aspeto importante relacionado ao trabalho das participantes é a preparação da documentação e o relatório do progresso e conduta das reclusas, o que é essencial para o acompanhamento e para a avaliação por parte dos órgãos judiciais:

“tratar de questões relacionadas com os filhos, para tratar de questões relacionadas com as prestações sociais que elas recebem, os abonos de família. Nós ajudamos, sempre que possível, a enviar um documento para a segurança social, para renovar o abono ou outro documento que eles exigem, nós ajudamos a tratar disso. Ahh... questões relacionadas com a saída das crianças, com a ida das crianças lá fora...” (T5).

“nós fazemos a observação e o acompanhamento do percurso da reclusa durante toda a permanência, e vamos fazendo relatórios da avaliação, quer para direção, quer para o Tribunal de Execução das Penas do Porto” (T4).

Um dos tópicos apresentado por algumas participantes são os desafios enfrentados no acompanhamento das reclusas e os filhos, como lidar com o histórico emocional das reclusas e a gestão da separação entre mãe e filho, exigindo um suporte emocional e estratégias para garantir o bem-estar de ambos. Nesse sentido, as técnicas precisam estar preparadas para oferecer um suporte emocional adequado e estratégias para auxiliar as reclusas a lidar com situações difíceis:

“eu acho que mais importante as vezes é retirar toda a carga negativa do passado, associada muitas vezes até a outras parentalidades que tiveram com outros filhos né” (T3).

“os aspetos mais desafiadores é... a parte emocional, não é? É... eu estava na altura dos momentos em que elas podem precisar de algum apoio, por exemplo, o momento da saída dos filhos é um momento muito duro para elas. E pronto, e nós aí temos que saber estar à altura da situação, temos que saber lhes impulsionar e temos que saber ajudá-las e aconselhá-las adequadamente” (T5).

Além disso, uma das participantes relatou sobre as limitações na observação e no trabalho com as crianças por parte das técnicas de reeducação, já que o acompanhamento direto das crianças não faz parte das suas atribuições profissionais. De acordo com uma das participantes, a sobrecarga de funções e a confusão entre o papel técnico e outras funções é um desafio constante, afetando a eficácia das funções desempenhadas no suporte às reclusas, indicando a necessidade de uma definição mais clara das atribuições das técnicas de reeducação:

“só que colocam-se tantas questões no dia a dia que acabamos por estar a fazer um mundo de coisas que nem está em nosso conteúdo funcional. E aí tenho a dizer que tem havido uma certa degradação... Há uma degradação da nossa função que muitos confundem com serviço social, nós não somos serviço social e às vezes parecemos” (T4).

Por fim, gerenciar a separação entre mãe e filho, preparando ambas as partes para o retorno à vida fora da prisão é um dos desafios mais complexos enfrentados, o sofrimento das mães durante a separação é um desafio significativo, e que requer um suporte contínuo, havendo a necessidade de promover habilidades e competências significativas dentro do estabelecimento prisional para que após a saída do estabelecimento prisional, as reclusas consigam reestabelecer o relacionamento com seus filhos, inclusive como forma de evitar a reincidência dessa reclusa:

“é que o mais desafiante é conseguir desenvolver em elas competências e fazer disto um bom... um bom local, não é? Um local que sirva para as reeducar, que as ajude na relação com os filhos. Que seja um sítio onde elas consigam adquirir competências para depois, quando não se sintam tentadas a reincidir, e que quando se reinsiram na sociedade vão com mais competências do que aquelas que entraram. Eu acho que isso é o mais desafiante desta profissão” (T8).

“preparar estas mães e estas crianças para saírem. Porque é o que eu digo, muitas delas têm que sair antes do término da pena destas mães. E, portanto, isto tem que ser muito bem preparado. Até porque estas crianças não criam só vínculos com a mãe, criam vínculos com as guardas, criam vínculos com outras reclusas” (T2)

“os mais desafiante é mesmo esse, da separação mãe-filho. Porque as mães também sofrem quando os deixam de ter cá, não é?” (T6).

Entretanto, através de uma outra perspectiva, uma das participantes relatou não sentir grandes desafios, pois acredita que trabalho de técnica de reeducação está voltado apenas para questões operacionais e administrativas do dia-a-dia, não havendo um envolvimento profundo com as reclusas e as crianças:

“não sinto um grande desafio, porque acaba por ser tudo um bocadinho quase que meramente administrativo, percebe? Como se limita um bocadinho a resolver aquelas emergências administrativas que são feitas” (T7).

Formação e experiência profissional dos técnicos de reeducação

No que diz respeito a formação profissional das participantes para trabalhar com essa população específica, todas as participantes foram questionadas sobre a existência de formação profissional, como cursos ou programas de formação direcionados para trabalhar com essa população. Nesse sentido, as participantes destacaram que suas competências vêm principalmente das suas experiências pessoais e profissionais, ficando evitando que não existe uma formação específica:

“não! vem da minha experiência profissional, e o facto de eu ser mãe também tem ajudado muito” (T5), “não... especificamente não. É... quem for... quem tiver formação em psicologia como é o meu caso, pode buscar aquilo que aprendeu das teorias do desenvolvimento e de várias coisas... não é?” (T4)

“não, não. É mesmo a experiência. Nós temos mães e avós. É mesmo a nossa experiência também. E a sensibilidade de cada um também, não é? Porque ser técnico também tem que ter alguma sensibilidade, não é? Para trabalhar estes casos” (T6).

Uma das participantes reconheceu a importância de iniciativas de formações específicas para trabalhar com reclusas mães e seus filhos, sugerindo a necessidade da implementação de formações que abordem questões práticas e emocionais envolvidas no acompanhamento com essas mulheres, como a criação de formações que abordem tanto os aspetos práticos, quanto os aspetos emocionais para o trabalho com reclusas mães e seus filhos. Nesse sentido, a combinação da experiência prática e da formação especializada é essencial para fornecer um suporte eficaz:

“mas de facto seria uma questão importante para quem trabalha com reclusas do género feminino e havendo essa possibilidade de elas terem os filhos com elas, embora também seja verdade que nós não lidamos muito as crianças, a verdade é que lidamos com as mães, portanto, lidar com as mães é como lidar com as crianças também, não é? É impossível desassociar...” (T3)

CAPÍTULO IV – DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A presente investigação teve como principal objetivo explorar as perspectivas e experiências dos técnicos de reeducação que desempenham funções em estabelecimentos prisionais femininos, onde se encontram reclusas e os seus filhos. Através de uma abordagem qualitativa, buscou-se perceber as percepções das participantes quanto a influência da maternidade no processo de adaptação à prisão, nomeadamente, rotinas, cumprimento das regras institucionais, adequação comportamental, relacionamentos interpessoais, motivação para a mudança e participação em programas, bem como as percepções sobre a experiência da criança no estabelecimento prisional e a importância do acompanhamento técnico. Dessa forma, neste capítulo, os principais resultados serão explorados à luz da literatura teórica e empírica centrada nesta temática e em torno das várias questões de investigação propostas para o presente estudo.

A primeira questão de investigação procurou compreender as percepções que os participantes detêm sobre a influência da maternidade no processo de adaptação das reclusas mães ao estabelecimento prisional, explorando as rotinas e o cumprimento das regras institucionais. A este propósito, um aspeto a salientar, será o facto de a maioria das participantes considera que o processo de adaptação dessas mulheres é facilitado pela presença dos filhos e pelas condições específicas do estabelecimento prisional, especialmente pela existência de uma ala dedicada a mães e a crianças. Efetivamente, estudos prévios têm demonstrado que a possibilidade de vivenciar uma separação é psicologicamente traumatizante (Margolies & Kraft-Stolar, 2006), mas a presença dos filhos pode ser um fator de proteção para as reclusas, fornecendo motivação para o desenvolvimento pessoal e apoio emocional (e.g., Boutron & Constant, 2014; Clark, 1995; Elmalak, 2014; Merçil, 2017; Rahimipour Anaraki & Boostani, 2014; Shamai & Kochal, 2008; Talebi, 2014). Especificamente em relação às rotinas e ao cumprimento das regras dentro do estabelecimento prisional, as participantes descreveram que a presença dos filhos no estabelecimento prisional não só facilita a adaptação das reclusas, mas também contribui para um comportamento mais ajustado e um melhor cumprimento das normas institucionais, justificando que a responsabilidade de cuidar dos filhos impõe uma rotina estruturada que diminui o tempo livre e, conseqüentemente, a oportunidade para comportamentos desviantes. Assim, é possível concluir que a responsabilidade de cuidar dos filhos impõe uma rotina estruturada que reduz o tempo das reclusas, pois possuem outras responsabilidades e precisam atender às necessidades básicas e emocionais dos filhos, exigindo um compromisso constante e disciplinado. De acordo com os relatos das participantes, os filhos

representam uma fonte de afeto, trazendo uma motivação para que as mães busquem um comportamento mais ajustado e um melhor cumprimento das normas institucionais. Manter uma criança pequena com a sua mãe na prisão demonstrou ter diversos pontos positivos, tais como melhores relações mãe-filho, saúde mental, melhor reabilitação e redução da reincidência (Dolan et al., 2019; Fritz & Whiteacre, 2016; Goshin et al., 2017; Paynter et al., 2020; Tuxhorn, 2021). Isso pode ser explicado pois a presença dos filhos ajuda a manter o vínculo emocional e a promover o bem-estar das mães, proporcionando um sentimento de segurança e suporte emocional, sendo importante para a adaptação das mulheres ao ambiente prisional (Bowlby, 1982; Ainsworth, 1989).

A segunda questão de investigação versou sobre os como técnicos de reeducação percebem a motivação para a mudança de comportamento das reclusas que são mães. Neste sentido, algumas participantes concluíram que a maternidade desempenha um papel central na motivação das reclusas para a mudança, incentivando-as a buscar estabilidade e a planejar um futuro melhor para si e para seus filhos. Dessa forma, segundo as participantes, assumir o papel de mãe na prisão envolve responsabilidades que reduzem comportamentos que violam as normas institucionais. De facto, a literatura sugere que a maternidade representa um ponto de virada que precede a redução do desvio e um melhor comportamento (Graham & Bowling, 1995; King, 2009; Kreager et al., 2010). Segundo a literatura, os filhos são uma fonte de esperança e motivação para lidar com a prisão (Celinska & Siegel, 2010); e o nascimento de um filho marca a transição para a mãe de um estado de passividade e espera pela chegada do bebê para um estado ativo, pois assume a responsabilidade de cuidar do bebê, que depende dela em todos os aspetos da vida, se mobilizando em seu papel de mãe para assumir todos os componentes da maternidade (Houzel, 1999). Por sua vez, outras participantes referiram não perceberem a maternidade como o principal fator para a mudança das reclusas. De facto, a literatura indica, também, que o fato de ser mãe não é um catalisador suficiente para a mudança (Phoenix & Woollett, 1991). Nesse sentido, os resultados deste estudo demonstram que, na perspectiva das participantes, um dos fatores que terá grande influência no processo de saída da prisão são os relacionamentos com parceiros íntimos, pois relacionamentos abusivos poderão dificultar a capacidade das reclusas em estarem comprometidas com um processo de mudança, reforçando comportamentos que podem as levar a uma reincidência. Tal resultado vai de encontro à literatura, já que, de acordo com a mesma, outros fatores como o grau em que as mulheres querem ser mães e se identificam com a maternidade, o seu nível de apoio social e envolvimento em relacionamentos pró-sociais, para além de outros elementos sociais e

estruturais, como suas circunstâncias econômicas e problemas de abuso de substâncias, influenciam o fato de a maternidade ser ou não um ponto de virada (Giordano et al., 2012).

A terceira questão de investigação referiu-se sobre a importância da existência de programas ou tarefas laborais específicas orientadas para as necessidades desta população. De acordo com as participantes, existem programas conduzidos dentro dos estabelecimentos prisionais, voltados para a promoção da parentalidade, que oferecem suporte para melhorar as competências parentais e promover uma parentalidade positiva. As participantes referem-se aos programas como essenciais para o desenvolvimento das habilidades necessárias para o relacionamento e a criação de um ambiente saudável e positivo para as mães e para as crianças, contribuindo para a melhoria das relações familiares e também para a redução de reincidência, pois tais programas podem fornecer às mães as competências necessárias para enfrentar desafios e promover o bem-estar das crianças. De facto, a literatura sugere que as mães encarceradas que participam nestes programas relataram mudanças positivas, incluindo maior coesão familiar e ligação com os filhos (Hairston & Locket, 1987), maior empatia para com as crianças (Landreth & Lobaugh, 1998; Sandifer, 2008), maior conhecimento de competências parentais (Wilezck & Markstrom, 1999), desenvolvimento infantil (Dinkmeyer & McKay, 1982; Sandifer, 2008), estratégias de gestão do comportamento (Dinkmeyer & McKay, 1982) e uso adequado da disciplina (Sandifer, 2008; Thompson & Harm, 2000). Segundo a literatura, é provável que as mães estejam mais abertas a se envolver em programas para pais e outros recursos, e esses programas têm a capacidade de, a longo prazo, reduzir a reincidência dessas mulheres e melhorar as suas competências maternas, ajudando a promover o vínculo mãe-bebê (Carlen, 2013; Kenny, 2012). Além disso, os programas servem para abordar a reincidência e fatores passíveis de intervenção (Hannah-Moffat & O'Malley, 2007). Por exemplo, estudos demonstram que as taxas de reincidência eram muito menores entre os detentos que concluíram programas destinados a melhorar a qualidade de vida de seus filhos, entretanto, há poucas pesquisas acadêmicas aprofundadas que tenham avaliado os resultados destes programas (Sandifer, 2008).

Além de programas voltados para competências parentais, alguns estabelecimentos prisionais também fornecem várias oportunidades de trabalho às reclusas, a fim de as preparar para oportunidades de emprego qualificado aquando da reentrada na comunidade. De acordo com os relatos das participantes, as atividades laborais dentro do estabelecimento prisional é uma iniciativa muito positiva, pois contribui não apenas financeiramente, mas também para que as reclusas tenham uma rotina bem estruturada e o desenvolvimento de hábitos saudáveis. Essas perspectivas estão alinhadas com a literatura, a título de exemplo, uma revisão de 12

estudos sobre formação profissional para reclusas na prisão indicou que este tipo de iniciativa é benéfica para reduzir a reincidência e aumentar a empregabilidade dessas mulheres após a sua libertação da prisão (Alós et al., 2015; Mohammed & Mohamed, 2015; Newton et al., 2018).

A quarta questão de investigação debruçou-se sobre a vivência no espaço prisional por parte das crianças, procurando-se explorar as percepções dos técnicos sobre a rotina das crianças dentro do estabelecimento prisional, sobre os recursos disponibilizados e como esses fatores influenciam na vida e no desenvolvimento dessas crianças. De acordo com a narrativa das participantes, a rotina das crianças no estabelecimento prisional é planeada de forma a garantir que elas tenham uma rotina normal e, tanto quanto possível, semelhante à que teriam fora do estabelecimento prisional, a fim de minorar os potenciais impactos psicológicos decorrentes da permanência no ambiente prisional, havendo uma grande preocupação com o bem-estar e a adaptação das crianças. Efetivamente, a literatura sugere que apesar de qualquer situação de adversidade, as crianças podem se desenvolver de maneira saudável, caso estejam inseridas em um ambiente seguro e estruturado, com a existência de programas que buscam melhorar o desenvolvimento das crianças, focando na construção de relacionamentos positivos e tendo acesso a uma educação de alta qualidade (Masten, 2015).

Especificamente, em relação à influência dos recursos disponibilizados para o desenvolvimento dessas crianças, as participantes acreditam que, com base na rotina e nos recursos que são disponibilizados no estabelecimento prisional, não há prejuízos à vida e o desenvolvimento das crianças. De acordo com as participantes, as crianças recebem atenção imediata na entrada ao estabelecimento prisional, para que assim seja garantido uma integração tranquila ao ambiente prisional. Esse cuidado visa minimizar qualquer tipo de trauma que pode advir dessa transição, focando no melhor interesse da criança e no seu bem-estar, desde o início. Com base nas entrevistas, verificou-se que as crianças possuem uma rotina bem estabelecida, participando de atividades pedagógicas e recreativas adequadas, e tendo acesso aos mesmos recursos que as crianças em meio livre possuem, como uma creche em tempo integral, atendimento médico e pediátrico, além de programas educacionais de qualidade. As participantes destacam a eficácia e adequação desses recursos, enfatizando sobre o comprometimento de todos os profissionais que trabalham no estabelecimento prisional em proporcionar um ambiente de qualidade. De facto, segundo a literatura, o desenvolvimento das crianças depende da prestação de cuidados atenciosos, tanto materiais quanto humanos, para atender às suas necessidades, não apenas nutricionais, mas também afetivas e emocionais (Coblner & Spitz, 1965), acreditando-se que a prestação desse cuidado atencioso seja um fator

predisponente para o desenvolvimento motor, social e emocional dessas crianças (Black et al., 2017; Cyrulnik et al., 2020).

A quinta questão de investigação versou sobre os desafios e dificuldades enfrentados pelos técnicos ao trabalhar com reclusas mães e seus filhos em estabelecimentos prisionais. Neste sentido, a maioria das participantes afirmou que se trata de um trabalho desafiador e complexo, principalmente no que diz respeito a lidar com os problemas emocionais que essas mulheres trazem consigo. De facto, a literatura sugere que um dos maiores desafios atribuído aos técnicos está em gerenciar os comportamentos e emoções humanos complexos (King, 2009; Crawley, 2004), exigindo um alto nível de habilidade (Liebling, Price & Schefer, 2011), sendo as prisões ambientes únicos e desafiadores tanto para os presos (Barry, 2020; Harvey, 2014; Kinman et al., 2019; Viotti, 2016). As participantes também relataram que, em seu dia-a-dia, precisam administrar tarefas que muitas vezes estão além das suas funções, indicando que esse desvio das funções pode afetar a eficácia do suporte oferecido às reclusas e as crianças, havendo inclusive a confusão entre o papel técnico e outras funções, indicando a necessidade de uma definição mais clara das atribuições das técnicas de reeducação. Nesse sentido, os estudos indicam que taxas mais altas de estresse relacionado ao trabalho e condições de saúde física mais graves entre os agentes penitenciários, quando comparados a servidores públicos de outras profissões (Dugan et al., 2016; Johnson et al., 2005; Viotti, 2016). Com efeito, estudos prévios têm demonstrado que os servidores penitenciários, em especial os agentes penitenciários, são frequentemente expostos a traumas diretos e indiretos (Spinaris et al., 2012), e fatores como superlotação, pessoal inadequado, condições insalubres e altas cargas de trabalho provavelmente contribuem para o estresse e a angústia entre funcionários e prisioneiros (Sweeney et al., 2018). As participantes também mencionaram a necessidade e a importância de um trabalho multidisciplinar com outros profissionais para que consigam realizar um trabalho efetivo junto às reclusas e as crianças. A literatura, sobretudo no que diz respeito aos programas residenciais para mães com filhos na prisão, destaca a necessidade de um envolvimento disciplinar, de treinamento especializado e orientação contínua (Shlonsky et al., 2016), para garantir a efetividade e sensibilidade no suporte profissional, especialmente ao lidar com questões emocionais complexas (Brown & Bloom, 2009). O trabalho de uma equipe multidisciplinar, dessa forma, é essencial para oferecer um suporte que aborde todas as dimensões das necessidades das reclusas (Elmalak, 2014).

Finalmente, as participantes destacaram a importância de haver competências específicas para trabalhar com essas reclusas e essas crianças, sobretudo com foco no fortalecimento dos laços familiares e da reabilitação dessas mulheres. Contudo, referiram não

existir nenhum tipo de treinamento ou formação específica realizado dentro dos estabelecimentos prisionais. No mesmo sentido, a literatura sugere que não existem tantas evidências de que os funcionários penitenciários são convidados a participar de estudos e treinamentos voltados pra essa população (Walker, 2018). Dessa forma, as prisões precisam fornecer treinamentos para abordar questões de gênero, considerando que certos fatores de necessidade sensíveis ao gênero podem representar riscos para um comportamento institucional inadequado das mulheres (Van Voorhis et al., 2010), esses treinamentos tem como objetivo fazer com que os funcionários compreendam melhor as necessidades dessas mulheres, levando em consideração as particularidades como questões relacionadas a parentalidade e saúde mental (Van Voorhis et al., 2010; Wolff, 2005).

Contributos, limitações e pistas para investigações futuras

A presente investigação permitiu explorar as percepções dos técnicos de reeducação no trabalho com reclusas mães e seus filhos. Por outras palavras, através dos relatos das participantes, foi possível compreender fatores como a influência da maternidade no processo de adaptação das reclusas mães ao estabelecimento prisional, motivação para a mudança de comportamento das reclusas que são mães, existência de programas ou tarefas laborais específicas, rotina das crianças dentro do estabelecimento prisional, influência dos recursos disponibilizados para o desenvolvimento dessas crianças e desafios enfrentados pelos técnicos ao trabalhar com reclusas mães e seus filhos. Inclusivamente, esta investigação permitiu abordar o objetivo de estudo de diferentes formas, através da combinação de métodos.

Apesar das suas mais-valias, este estudo não se encontra isento de limitações que devem ser salientadas para que em investigações futuras possam ser colmatadas. Assim, uma primeira limitação prende-se aos critérios de inclusão amostral utilizados nessa investigação, pois a seleção dos participantes foi baseada em critérios específicos, este estudo focou-se apenas nos técnicos de reeducação que trabalham ou já trabalharam com reclusas mães que possuem filhos dentro do estabelecimento prisional. Em investigações futuras, seria conveniente que se recolhessem amostras de outros dois grupos: i) técnicos de reeducação que trabalham com reclusas que são mães com filhos fora do estabelecimento prisional; ii) técnicos de reeducação que acompanham as mães após a saída do estabelecimento prisional. Além dos técnicos de reeducação, como bem mencionado nas entrevistas pelas participantes, um outro grupo que poderia contribuir para a recolha de amostras são as guardas prisionais. Efetivamente, seria importante comparar as perspetivas dos diferentes grupos, no sentido de salientar as diferenças obtidas e permitir uma análise mais abrangente do objeto de estudo.

Além do que foi mencionado acima, indicando pistas para investigações futuras, seria interessante que estas analisassem os resultados com estudos em outros países ou sistemas prisionais, para ajudar a identificar práticas eficientes e áreas de melhoria. De igual forma, seria importante realizar estudos voltados ao acompanhamento das crianças após a saída do ambiente prisional, analisando a adaptação escolar, social e emocional, e a eficácia do suporte continuado oferecido, com o objetivo de entender e melhorar o processo de reintegração. Além disso, investigar a eficácia dos programas de apoio parental e desenvolvimento infantil oferecidos nas prisões, pode ajudar a identificar os componentes mais eficazes e as áreas que necessitam de melhorias.

Outra limitação refere-se a amostra reduzida nessa investigação, o que pode ter dificultado o alcance da saturação em algumas dimensões do estudo, como na dimensão “Experiência da criança no estabelecimento prisional”, onde algumas participantes relataram dificuldades em responder com propriedade algumas perguntas, uma vez que não fazem o acompanhamento específico das crianças, pois esse acompanhamento é feito pela educadora de creche. Esse fator limita a profundidade das informações obtidas e para superar essa limitação, investigações futuras poderiam ampliar essa amostra, incluindo profissionais que trabalham diretamente com as crianças, como educadores, psicólogos e assistentes sociais, permitindo uma compreensão mais profunda das experiências das crianças e a identificação das áreas que necessitam de alguma intervenção.

Finalmente, uma outra limitação diz respeito ao contexto da realização das entrevistas propriamente. As entrevistas foram realizadas, em cada um dos estabelecimentos prisionais, em 1 (um) dia, de acordo com a disponibilidade das participantes e para que não interferisse na dinâmica de trabalho do EP. Isso pode ter limitado a profundidade das respostas das participantes, já que o tempo disponível para a coleta de dados foi restrito.

Não obstante, apesar das limitações elencadas, é importante destacar o contributo desse estudo em termos de conhecimento teórico. A presente investigação permitiu explorar um conjunto de fatores presentes no trabalho dos técnicos de reeducação com reclusas e seus filhos, contribuindo para o desenvolvimento da evidência teórica-empírica e também para colmatar algumas lacunas na literatura neste âmbito, pois a maioria dos estudos qualitativos centram-se em explorar a maternidade na prisão através da óptica das próprias reclusas mães. Contudo, as percepções de quem trabalha com essa população específica não são tão exploradas, pelo que os resultados desta investigação contribuem para aumentar e desenvolver o conhecimento científico-empírico existente. Por exemplo, até à presente data, não existem estudos empíricos em Portugal que explorem as percepções dos técnicos de reeducação em estabelecimentos

prisionais femininos. Dessa forma, explorar as percepções dos técnicos de reeducação não só contribui para o conhecimento científico-empírico, mas também para implementações práticas que contribuam para a melhoria das condições e políticas nos estabelecimentos prisionais, tanto para as reclusas mães e seus filhos, quanto para os técnicos de reeducação. Assim, um dos aspetos que se destaca prende-se com o desenvolvimento de treinamentos e formações contínuas para os técnicos de educação para o acompanhamento fornecido em meio prisional às reclusas mães e seus filhos, que seja focado nas necessidades sociais, psicológicas e criminógenas específicas. Além de incentivar a colaboração entre diferentes profissionais dentro do estabelecimento prisional para garantir um suporte multidisciplinar e eficaz. Além disso, a implementação de programas para mães e filhos deve ser feita de forma contínua, não apenas por associações externas, mas também pela Direção-Geral de Reinserção e Serviços Sociais, para que haja uma abordagem padrão e consistente em todos os estabelecimentos prisionais, garantindo a qualidade dos serviços para todas as reclusas e crianças do país. Por fim, outro aspeto é a possibilidade de implementação de programas de acompanhamento contínuo para mães e as crianças após a saída do estabelecimento prisional, permitindo assim analisar a eficácia das intervenções que foram realizadas durante o período de reclusão, além de oferecer suporte na reintegração social.

BIBLIOGRAFIA

- Ainsworth, M. S. (1989). Attachments beyond infancy. *American psychologist*, 44(4), 709.
- Alós, R., Esteban, F., Jódar, P., & Miguélez, F. (2015). Effects of prison work programmes on the employability of ex- prisoners. *European Journal of Criminology*, 12(1), 35-50.
- Arditti, J., & Few, A. (2008). Maternal distress and women's reentry into family and community life. *Family process*, 47(3), 303-321.
- Baker, P. L., & Carson, A. (1999). "I take care of my kids" mothering practices of substance-abusing women. *Gender & Society*, 13(3), 347-363.
- Baldwin, L. (2018). Motherhood disrupted: Reflections of post-prison mothers. *Emotion, Space and Society*, 26, 49-56.
- Barnes, S. L., & Stringer, E. C. (2014). Is motherhood important? Imprisoned women's maternal experiences before and during confinement and their postrelease expectations. *Feminist Criminology*, 9(1), 3-23.
- Barry, C. (2020). 'You can't tell anyone how you really feel': Exploring emotion management and performance among prison staff who have experienced the death of a prisoner. *International Journal of Law, Crime and Justice*, 61, 100364.
- Bars, M. B. (2013). Washington, DC: National Women's Law Center/The Rebecca Project for Human Rights; 2010.
- Baunach, P. J. (1995). *Mothers in prison*. Routledge.
- Beauchamp, T. L., & Childress, J. F. (1994). *Principles of biomedical ethics*. Edicoes Loyola.
- Beck, A. J., Berzofsky, M., Caspar, R., & Krebs, C. (2013). Sexual victimization in prisons and jails reported by inmates, 2011–12. NCIJ, 241399.
- Beck, U. (1992). *Risk society: Towards a new modernity* (Vol. 17). sage.
- Belknap, J. (2020). *The invisible woman: Gender, crime, and justice*. Sage Publications.
- Benedict, R. W. (2009). Giving back not giving up: Generativity among older female inmates. *Doctoral Dissertations*, 562.
- Benoit, D., Parker, K. C., & Zeanah, C. H. (1997). Mothers' representations of their infants assessed prenatally: Stability and association with infants' attachment classifications. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 38(3), 307-313.
- Bergman, N. J. (2019). Birth practices: Maternal-neonate separation as a source of toxic stress. *Birth defects research*, 111(15), 1087-1109.

- Black, M. M., Walker, S. P., Fernald, L. C., Andersen, C. T., DiGirolamo, A. M., Lu, C. & Grantham-McGregor, S. (2017). Early childhood development coming of age: science through the life course. *The Lancet*, 389(10064), 77-90.
- Block, K. J. (1999). Bringing scouting to prison: Programs and challenges. *The Prison Journal*, 79(2), 269-283.
- Boeri, M., & Lamonica, A. K. (2015). Sampling designs and issues in qualitative criminology. In *The Routledge handbook of qualitative criminology* (pp. 125-143). Routledge.
- Boulton, M. G. (1982). *Women's experience of motherhood: A Study of Women with Pre-School Children*. University of London, Bedford College (United Kingdom).
- Boutron, C., & Constant, C. (2014). Être mère en prison au Pérou: droit ou double peine?. *Champ pénal/ Penal field*, 11.
- Bowlby, J. (1982). Attachment and loss: retrospect and prospect. *American journal of Orthopsychiatry*, 52(4), 664.
- Braun V., Clarke V., Hayfield N., & Terry G. (2019). Thematic Analysis. In P. Liamputtong (Ed.) *Handbook of Research Methods in Health Social Sciences* (pp. 843-860). Singapore: Springer.
- Brown, M., & Bloom, B. (2009). Reentry and renegotiating motherhood: Maternal identity and success on parole. *Crime & Delinquency*, 55(2), 313-336.
- Burgess, A., & Flynn, C. (2013). Supporting imprisoned mothers and their children: A call for evidence. *Probation Journal*, 60(1), 73-81.
- Caddle, D., & Crisp, D. (1997). *Imprisoned women and mothers*. London: Home Office.
- Carlen, P. (1998). *Sledgehammer: Women's imprisonment at the millennium*. Springer.
- Carlen, P. (2002). Carceral clawback: The case of women's imprisonment in Canada. *Punishment & Society*, 4(1), 115-121.
- Carlen, P. (2021). *Women's imprisonment: A study in social control*. Routledge.
- Carlen, P., & Worrall, A. (2013). *Analysing women's imprisonment*. Willan.
- Carlson, B., & Cervera, N. (1991). *Inmates and their wives: Incarceration and family life*. Westport, CT: Greenwood.
- Carlson, J. R. (2001). Prison nursery 2000: A five-year review of the prison nursery at the Nebraska Correctional Center for Women. *Journal of Offender Rehabilitation*, 33(3), 75-97.
- Celinska, K., & Siegel, J. A. (2010). Mothers in trouble: Coping with actual or pending separation from children due to incarceration. *The Prison Journal*, 90(4), 447-474.
- Children. *Social Work in Public Health*, 27(1-2), 69-88.

- Clark, J. (1995). The impact of the prison environment on mothers. *The Prison Journal*, 75(3), 306-329.
- Clarke, J. G., & Simon, R. E. (2013). Shackling and separation: Motherhood in prison. *AMA Journal of Ethics*, 15(9), 779-785.
- Clarke, V., & Braun, V. (2013). Successful qualitative research: A practical guide for beginners.
- Cobliner, W. G., & Spitz, R. A. (1965). *The First Year of Life: A Psychoanalytic Study of Normal and Deviant Development of Object Relations*. International Universities.
- Código da Execução de Penas e das Medidas Privativas da Liberdade (2009). *Diário da República*, 197, 1a série de 2009-10-12.
- Corston, J. (2007) The Corston Report: A report by Baroness Jean Corston of a Review of Women with Particular Vulnerabilities in the Criminal Justice System. London: Home Office.
- Covington, S. S., & Bloom, B. E. (2014). Gender responsive treatment and services in correctional settings. In *Inside and Out* (pp. 9-33). Routledge.
- Crawley, E. M. (2004). Emotion and performance: Prison officers and the presentation of self in prisons. *Punishment & society*, 6(4), 411-427.
- Crewe, B. (2001). The prisoner society: Power, adaptation, and social life in an English prison. *Social Forces*, 89, 3.
- Crewe, B., Liebling, A., & Hulley, S. (2015). Staff-prisoner relationships, staff professionalism, and the use of authority in public-and private-sector prisons. *Law & Social Inquiry*, 40(2), 309-344.
- Cunneen, C., Baldry, E., Brown, D., Brown, M., Schwartz, M., & Steel, A. (2016). *Penal culture and hyperincarceration: The revival of the prison*. Routledge.
- Cyrulnik, B., Benachi, A., & Filliozat, I. (2020). Les 1000 premiers jours. *Là où tout commence*. Disponible sur: <https://solidarites-sante.gouv.fr/IMG/pdf/rapport-1000-premiers-jours.pdf> (consulté le 15/02/2021).
- D'Arcy, C., Turner, C., Crockett, B., & Gridley, H. (2012). Where's the feminism in mothering?. *Journal of community psychology*, 40(1), 27-43.
- D'arcy, J., & Herath, T. (2011). A review and analysis of deterrence theory in the IS security literature: making sense of the disparate findings. *European journal of information systems*, 20(6), 643-658.

- da Palma Afonso, O. M. G. (2005). *Mães e crianças Em Contexto Prisional: Dos Trilhos Da exclusão e reclusão Aos Processos De Desenvolvimento e educação* (Doctoral dissertation, Universidade Aberta (Portugal)).
- Datesman, S. K., & Cales, G. L. (1983). " I'm Still the Same Mommy": Maintaining the Mother/Child Relationship in Prison. *The Prison Journal*, 63(2), 142-154.
- David, M., & Appel, G. (2008). Loczy ou le maternage insolite.
- de Mello, D. C., & Gauer, G. J. C. (2011). Vivências da maternidade em uma prisão feminina do Estado do Rio Grande do Sul. *Saúde & Transformação Social/Health & Social Change*.
- DiCicco-Bloom, B., & Crabtree, B. F. (2006). The qualitative research interview. *Medical education*, 40(4), 314-321.
- Dinkmeyer, D. C., & McKay, G. D. (1982). *The parent's handbook: Systematic training for effective parenting*. Circle Pines, MN: American Guidance Service.
- Dodge, M., & Pogrebin, M. R. (2001). Collateral costs of imprisonment for women: Complications of reintegration. *The Prison Journal*, 81(1), 42-54.
- Dolgin, K. G. (1996). Parents' disclosure of their own concerns to their adolescent children. *Personal Relationships*, 3(2), 159-169.
- Dugan, A. G., Farr, D. A., Namazi, S., Henning, R. A., Wallace, K. N., El Ghaziri, M., ... & Cherniack, M. G. (2016). Process evaluation of two participatory approaches: Implementing total worker health® interventions in a correctional workforce. *American journal of industrial medicine*, 59(10), 897-918.
- Easterling, B. A. (2012). Parenting behind bars: A qualitative study of incarcerated mothers.
- Elmalak, S. (2014). Babies behind bars: An evaluation of prison nurseries in American female prisons and their potential constitutional challenges. *Pace L. Rev.*, 35, 1080.
- Enos, S. (2001). *Mothering from the inside: Parenting in a women's prison*. Suny Press.
- Enroos, R. (2015). From invisibility to protection—Children in prison with their parent in Finland. *Children & Society*, 29(5), 399-409.
- Fawcett, J. (1977). The relationship between identification and patterns of change in spouses' body images during and after pregnancy. *International Journal of Nursing Studies*, 14(4), 199-213.
- Finkelstein, N., & Piedade, E. (1993). The relational model and the treatment of addicted women. *The Counselor*, 2(3), 8-12.
- Finnegan, L. (1988). Management of maternal and neonatal substance abuse problems. *Problems of Drug Dependence 1988*, 177.

- Flick, U. (2009a). Ethics in Criminal Justice Research. In Flick, U. (Eds.), *An Introduction to Qualitative Research* (pp. 35-44). Sage Publications.
- Flynn, C. (2014) 'Getting there and being there: Visits to prisons in Victoria – the experiences of women prisoners and their children', *Probation Journal*, 61(2): 176-191.
- Gannon, T. A., & Cortoni, F. (Eds.). (2010). *Female sexual offenders: Theory, assessment and treatment*. John Wiley & Sons.
- Geiger, B., & Fischer, M. (2003). Female repeat offenders negotiating identity. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, 47(5), 496-515.
- Gelb, K. (2003). Women in prison: Why is the rate of incarceration increasing?. *Evaluation in Crime and Justice: Trends and Methods, Canberra, ACT: Australia*.
- Giddens, A. (1999). Risk and responsibility. *Mod. L. Rev.*, 62, 1.
- Gillespie, R. (2000) "When no means no: disbelief, disregard and deviance as discourses of
- Giordano, P. C., Seffrin, P. M., Manning, W. D., Longmore, M. A., & Scranton, P. A. (2012). Parenthood and Crime: The Role of Wantedness, Relationships with Partners, and Socioeconomic Status.
- Glaze, L. E., & Maruschak, L. M. (2016). Parents in prison and their minor children.
- Goshin, L. S., Arditti, J. A., Dallaire, D. H., Schlafer, R. J., & Hollihan, A. (2017). An international human rights perspective on maternal criminal justice involvement in the United States. *Psychology, Public Policy, and Law*, 23(1), 53.
- Graham, H. (1976). The social image of pregnancy: pregnancy as spirit possession. *The Sociological Review*, 24(2), 291-308.
- Graham, J., & Bowling, B. (1995). Home Office Research Study 145. *Young People and Crime*.
- Greenfeld, L. A., & Snell, T. L. (1999). *Women offenders*. US Department of Justice, Office of Justice Programs, Bureau of Justice Statistics.
- Hairston, C. F., & Lockett, P. C. (1987). Fathers and children together questionnaire. Unpublished raw data.
- Hannah-Moffat, K., & O'Malley, P. (Eds.). (2007). *Gendered risks* (pp. 256-256). London: Routledge-Cavendish.
- Harvey, J. (2014). Perceived physical health, psychological distress, and social support among prison officers. *The Prison Journal*, 94(2), 242-259.
- Heidensohn, F., Rock, P., McIntosh, M., & Smart, C. (1977). Women, crime and criminology.
- Henriques, Z. W. (1996). Imprisoned Mothers and their Children: Separation-reunion Syndrome Dual Impact. *Women & Criminal Justice*, 8(1), 77-95.

- Hesselink, A., & Dastile, N. P. (2010). The reality of babies and toddlers behind bars. *Acta Criminologica: African Journal of Criminology & Victimology*, 2010(sed-1), 65-79.
- Houzel, D., & Dayan, J. (1999). Les enjeux de la parentalité. érés. *Ferdinand Ngoulou*, 74.
- Jiménez, J. M., & Palacios, J. (2003). When home is in jail: Child development in Spanish penitentiary units. *Infant and Child Development: An International Journal of Research and Practice*, 12(5), 461-474.
- Johnson, A. (2000). Selfhood and embodiment: Reflecting on pregnancy and its implications. *The Humanistic Psychologist*, 28(1-3), 167-180.
- Johnson, A. (2017). The Benefits of Prison Nursery Programs: Spreading Awareness to Correctional Administrators through Informative Conferences and Nursery Program Site Visits. *WR Journal* (9).
- Johnson, S., Cooper, C., Cartwright, S., Donald, I., Taylor, P., & Millet, C. (2005). The experience of work-related stress across occupations. *Journal of managerial psychology*, 20(2), 178-187.
- Kelly, M. (2009) "Women's Voluntary Childlessness: A Radical Rejection of Motherhood?", *Women's Studies Quarterly*, 37 (3/4): 157-172
- Kenny, D. (2012). Meeting the needs of children of incarcerated mothers: The application of attachment theory to policy and programming. *Consultant Report prepared by the University of Sydney for The Department of Corrective Services New South Wales, Australia*.
- King, S. (2009). Reconciling custodial and human service work: The complex role of the prison officer. *Current Issues in Criminal Justice*, 21(2), 257-272.
- Kingi, V. M. (1999). *The children of women in prison* (Doctoral dissertation, Open Access Te Herenga Waka-Victoria University of Wellington).
- Kinman, G., Clements, A. J., & Hart, J. (2019). When are you coming back? Presenteeism in UK prison officers. *The Prison Journal*, 99(3), 363-383.
- Kreager, D. A., Matsueda, R. L., & Erosheva, E. A. (2010). Motherhood and criminal desistance in disadvantaged neighborhoods. *Criminology*, 48(1), 221-258.
- Kvale, S. (2007). *Doing Interviews*. London: SAGE.
- Landreth, G. L., & Lobaugh, A. F. (1998). Filial therapy with incarcerated fathers: Effects on parental acceptance of child, parental stress, and child adjustment. *Journal of Counseling and Development*, 76, 157-165.
- Larman, G., & Aungles, A. (1991). Children of prisoners and their outside carers: The invisible population. In *Women and Law Conference*.

- Laws, B., & Crewe, B. (2016). Emotion regulation among male prisoners. *Theoretical criminology*, 20(4), 529-547.
- Liebling, A., Hulley, S., & Crewe, B. (2011). Conceptualising and measuring the quality of prison life. *The SAGE handbook of criminological research methods*, 358-372.
- Liebling, A., Price, D., & Shefer, G. (2010). The prison officer. Willan.
- Loy, M. (2000). Study of the Mothers and Children's Program in the NSW Department of Corrective Services (From Women in Corrections: Staff and Clients).
- Luke, K. P. (2002). Mitigating the ill effects of maternal incarceration on women in prison and their children. *Child Welfare*, 929-948.
- Lyonnais, E. (2016). Impact de la précarité dans l'établissement de la relation mère- enfant. *La Revue Sage-Femme*, 15(6), 259–263.
- Margolies, J. K., & Kraft-Stolar, T. (2006). When "free" means losing your mother: The collision of child welfare and the incarceration of women in New York state. Correctional Association of New York.
- Margolis, M. L. (1985). *Mothers and such: Views of American women and why they changed*. Univ of California Press.
- Marôco, J. (2018). Estatística descritiva. In J. Marôco (Ed.), *Análise Estatística com o SPSS Statistics*. (pp. 15-32). Report Number.
- Marshall, M. N. (1996). Sampling for qualitative research. *Family practice*, 13(6), 522- 526.
- Martin, M. (1997). Connected mothers: A follow-up study of incarcerated women and their children. *Women & Criminal Justice*, 8(4), 1-23.
- Masten, A. S. (2015). *Ordinary magic: Resilience in development*. Guilford publications.
- Maxfield, M. G., & Babbie, E. R. (2014a). Ethics and Criminal Justice Research. In M. G. Maxfield, & E. R. Babbie (Eds.), *Research Methods for Criminal Justice and Criminology* (pp. 54-80). Stamford, CT: Cengage Learning.
- Maxfield, M. G., & Babbie, E. R. (2014b). Qualitative Interviewing. In M. G. Maxfield, & E. R. Babbie, E. R. (Eds.), *Research Methods for Criminal Justice and Criminology* (pp. 199-230). Stamford, CT: Cengage Learning.
- McIvor, G. (2004). *Women who offend* (Vol. 44). Jessica Kingsley Publishers.
- McKee, M., Reeves, A., Clair, A., & Stuckler, D. (2017). Living on the edge: precariousness and why it matters for health. *Archives of Public Health*, 75, 1-10.
- Merçil, Í. (2017). Motherhood in the Challenging from Prison. *Deviance et Societe*, 41(4), 620-655.

- Mignon, S. I., & Ransford, P. (2012). Mothers in Prison: Maintaining Connections with
- Moe, A. M., & Ferraro, K. J. (2007). Criminalized mothers: The value and devaluation of parenthood from behind bars. *Women & Therapy, 29*(3-4), 135-164.
- Mohammed, H., & Mohamed, W. A. W. (2015). Reducing recidivism rates through vocational education and training. *Procedia-Social and Behavioral Sciences, 204*, 272-276.
- Morais, C. M. (2005). Escalas de medida, estatística descritiva e inferência estatística.
- Newton, D., Day, A., Giles, M., Wodak, J., Graffam, J., & Baldry, E. (2018). The impact of vocational education and training programs on recidivism: A systematic review of current experimental evidence. *International journal of offender therapy and comparative criminology, 62*(1), 187-207.
- O'Malley, S., & Devaney, C. (2016). Maintaining the mother–child relationship within the Irish prison system: the practitioner perspective. *Child care in practice, 22*(1), 20-34.
- Oakley, A., & Chamberlain, G. (1981). Medical and social factors in postpartum depression. *Journal of Obstetrics and Gynecology, 1*(3), 182-187.
- Padel, U., & Stevenson, P. (1988). Insiders: Women's experience of prison.
- Palmer, T. (1996). Programmatic and nonprogrammatic aspects of successful intervention. In A. Harland (Ed.), *Choosing options that work: Defining the demand and evaluating the supply* (pp. 131-182). Thousand Oaks, CA: Sage.
- Pavlikis, A. E., Noble, K., Pavlikis, S. G., Ali, N., & Frank, Y. (2015). Brain imaging and electrophysiology biomarkers: Is there a role in poverty and education outcome research? *Pediatric Neurology, 52*(4), 383–388.
- Phoenix, A., & Woollett, A. (1991). Motherhood: Social construction, politics and psychology.
- Pikler, E., Tardos, A., Pap, K., & Reismann, M. (2018). *Grandir autonome: Recherches présentées par Raymonde Caffari*. Eres.
- Poehlmann, J. (2005). Incarcerated mothers' contact with children, perceived family relationships, and depressive symptoms. *Journal of family Psychology, 19*(3), 350.
- Pryce, V. (2015). *Mothering Justice: Working with Mothers in Criminal and Social Justice Settings*. Waterside Press.
- Rahimipour Anaraki, N., & Boostani, D. (2014). Mother–child interaction: A qualitative investigation of imprisoned mothers. *Quality & Quantity, 48*, 2447-2461.
- Richie, B. E. (2001). Challenges incarcerated women face as they return to their communities: Findings from life history interviews. *Crime & Delinquency, 47*(3), 368-389.
- Robertson, J. E. (2012). The Prison Litigation Reform Act as Sex Legislation:(Imagining) a Punk's Perspective of the Act. *Federal Sentencing Reporter, 24*(4), 276-286.

- Rossiter, A. (1988). From private to public: A feminist exploration of early mothering. Womens Pr.
- Rowe, A. (2011). Narratives of self and identity in women's prisons: Stigma and the struggle for self-definition in penal regimes. *Punishment & Society*, 13(5), 571-591.
- Rowe, A. (2014). Situating the self in prison research: Power, identity, and epistemology. *Qualitative inquiry*, 20(4), 404-416.
- Ruddick, S. (2009). On "Maternal Thinking". *Women's Studies Quarterly*, 37(3/4), 305-308.
- Sandifer, J. L. (2008). Evaluating the efficacy of a parenting program for incarcerated mothers. *The Prison Journal*, 88(3), 423-445.
- Schram, P. J., Koons-Witt, B. A., Williams III, F. P., & McShane, M. D. (2006). Supervision strategies and approaches for female parolees: Examining the link between unmet needs and parolee outcome. *Crime & Delinquency*, 52(3), 450-471.
- Shamai, M. & Kochal, R. (2008). Motherhood starts in prison: The experience of motherhood among women in prison. *Family Process*, 47(3), 323-340.
- Shaw, S. (1987). *Crime and Punishment: A Radical Rethink*.
- Shlonsky, A., Rose, D., Harris, J., Albers, B., Mildon, R., Wilson, S. J. & Kissinger, L. (2016). Literature review of prison-based mothers and children programs. Corrections Victoria.
- Spinaris, C. G., Denhof, M. D., & Kellaway, J. A. (2012). Posttraumatic stress disorder in United States corrections professionals: Prevalence and impact on health and functioning. *Desert Waters Correctional Outreach*, 1-32.
- Steiner, B., & Wooldredge, J. (2009). Individual and environmental effects on assaults and nonviolent rule breaking by women in prison. *Journal of Research in Crime and Delinquency*, 46(4), 437-467.
- Stern, D. N. (2018). *The interpersonal world of the infant: A view from psychoanalysis and developmental psychology*. Routledge.
- Stern, T. (2014). The development of reflective functioning in a mother traumatized by past and present events: Facilitating change in the parent-infant relationship. *Journal of Infant, Child, and Adolescent Psychotherapy*, 13(1), 24-36.
- Sweeney, F., Clabour, J., & Oliver, A. (2018). Prison officers' experiences of working with adult male offenders who engage in suicide-related behaviour. *The Journal of Forensic Psychiatry & Psychology*, 29(3), 467-482.
- Talebi, S. (2014). Children as Protectors: The Conditions of Parenthood in a Political Prison in Iran. *Champ pénal/ Penal field*, 11.

- Thompson, P. J., & Harm, N. J. (2000). Parenting from prison: Helping children and mothers. *Issues in Comprehensive Pediatric Nursing*, 23(2), 61-81.
- Tian, S., Lishman, L., & Murphy, K. L. (1994). Investigations into excess activated sludge accumulation at low temperatures. *Water Research*, 28(3), 501-509.
- Tremblay, R. E., Vitaro, F., Bertrand, L., LeBlanc, M., Beauchesne, H., Boileau, H., & David, L. (1992). Parent and child training to prevent early onset of delinquency: The Montréal longitudinal–experimental study.
- Tuerk, E. H., & Loper, A. B. (2006). Contact between incarcerated mothers and their children: Assessing parenting stress. *Journal of offender rehabilitation*, 43(1), 23-43.
- Turanovic, J. J., & Rodriguez, N. (2017). Mental health service needs in the prison boom: the case of children of incarcerated mothers. *Criminal justice policy review*, 28(5), 415-436.
- Van Voorhis, P., Wright, E. M., Salisbury, E., & Bauman, A. (2010). Women’s risk factors and their contributions to existing risk/needs assessment: The current status of a gender-responsive supplement. *Criminal Justice and Behavior*, 37(3), 261-288.
- Vieira, C. S. (2013). *Incarcerated Mothers and Fathers: Differences and Commonalities in the Contact with their Minor Children* (Master’s Thesis). University of Minho, Braga.
- Viotti, S. (2016). Work-related stress among correctional officers: A qualitative study. *Work*, 53(4), 871-884.
- voluntary childlessness”, *Women’s Studies International Forum*, 23 (2): 223–234
- Walker, J. (2018). *Women and Gestation in Prison: Becoming a 'Good Enough Mother'* (Doctoral dissertation, UNSW Sydney).
- Walklate, S. (2013). *Gender, crime and criminal justice*. Willan.
- Western, B., & Wildeman, C. (2009). The black family and mass incarceration. *The ANNALS of the American Academy of Political and Social Science*, 621(1), 221-242.
- Wileczak, G. L., & Markstrom, C. A. (1999). The effects of parent education on parental locus of control and satisfaction of incarcerated fathers. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, 43(1), 90-102.
- Wilkinson, S., Joffe, H., & Yardley, L. (2004). Qualitative data collection: interviews and focus groups. In Marks, F. & Yardley, L. (Eds), *Research Methods for Clinical and Health Psychology*, 39-55.
- Wismont, J. M. (2000). The lived pregnancy experience of women in prison. *Journal of Midwifery & Women’s Health*, 45(4), 292-301.

- Wolff, M. P. (2005). *Antologia de vidas e histórias na prisão: Emergência e Injunção de Controle Social*. Editora Lumen Juris.
- Woodward, K. (1997). Motherhood: Identities, meanings and myths. *Identity and difference*, 239-298.
- Woodward, K. (2003). Representations of motherhood. In *Gender, Identity & Reproduction: Social Perspectives* (pp. 18-32). London: Palgrave Macmillan UK.
- Woollett, A., Phoenix, A., & Lloyd, E. (1991). Motherhood: Meanings, practices and ideologies.
- Worrall, A. (2002). *Offending women: Female lawbreakers and the criminal justice system*. Routledge.
- Young, V. D., & Reviere, R. (2005). *Women behind bars: Gender and race in US prisons*. Lynne Rienner Publishers.

ANEXOS

Anexo I: Guião de entrevista semiestruturada

| Dimensões | Subdimensões | Tópicos de análise | Questões |
|---|--|---|--|
| Questões de abertura | | | <ol style="list-style-type: none"> 1. Se eu lhe pedisse para descrever a sua experiência enquanto técnico de reeducação em três palavras, quais escolheria? Porquê escolheu estas palavras? 2. E, centrando um pouco no nosso tema específico, no que diz respeito, concretamente, à sua experiência no que respeita ao acompanhamento de mulheres reclusas, mães, cujos filhos se encontram no estabelecimento prisional, como a descreveria? |
| Influência da maternidade no processo de adaptação à prisão | <p>Adesão às rotinas e cumprimento das regras institucionais;</p> <p>Adequação comportamental;</p> <p>Relacionamentos interpessoais;</p> | <p>Essa dimensão se concentra em explorar a influência da maternidade na adaptação à prisão, através de uma análise do comportamento e das interações das reclusas, buscando perceber as diferenças entre reclusas sem filhos e reclusas com filhos dentro do estabelecimento prisional. Além disso, procura perceber se a maternidade impacta de alguma forma a preparação para a saída da</p> | <ol style="list-style-type: none"> 1. Da sua experiência como descreveria o processo de adaptação das reclusas que têm os seus filhos com elas, por exemplo, em termos das rotinas ou do cumprimento das regras? <ol style="list-style-type: none"> 1.1. E o que me acabou de descrever, é transversal a todas as reclusas, com ou sem filhos? Ou acha que é algo específico para estas mulheres que têm os filhos com elas no interior do EP? 2. E especificamente em termos de comportamento, nota alguma diferença nos comportamentos apresentados por estas mulheres em comparação, por exemplo, com os de outras reclusas? 3. Como você descreveria o relacionamento entre as mulheres-mães e a equipe do EP de forma geral? E os relacionamentos com outras reclusas? E com os seus filhos? |

| | | | |
|--|---|--|---|
| | <p>Motivação para a mudança;</p> <p>Participação em programas;</p> | <p>prisão e a motivação para a mudança.</p> | <p>4. Como você percebe a motivação para a mudança das reclusas que são mães? Acha que tem algum tipo de influência na sua preparação para a saída?</p> <p>4.1 Nota alguma diferença em relação às outras reclusas?</p> <p>5. Existe algum tipo de programa realizado dentro do estabelecimento prisional voltado exclusivamente para mulheres-mães? Ou tarefas laborais específicas?</p> <p>6.1 Se sim, pode me descrever melhor no que consiste esse programa e qual é o seu objetivo?</p> |
| <p>Experiência da criança no estabelecimento prisional</p> | <p>Rotina dentro do estabelecimento prisional;</p> <p>Recursos disponíveis para mulheres-mães reclusas e seus filhos;</p> | <p>Esta dimensão busca uma análise mais detalhada sobre o contexto das crianças que vivem dentro do sistema prisional, particularmente em relação à rotina, quais são os recursos disponibilizados dentro do estabelecimento prisional para as crianças e como é o suporte oferecido, desde o nascimento da criança até o momento da sua saída, e de que forma a experiência</p> | <p>6. Falando agora especificamente sobre as crianças que acompanham as suas mães, pode me descrever um pouco da rotina dessas crianças?</p> <p>7. Quais são os recursos disponíveis para crianças dentro do sistema prisional? E o que pensa desses recursos? Considera que são suficientes?</p> <p>8. Acha que há alguma influência dessa rotina e dos recursos disponíveis na vida e no desenvolvimento dessas crianças?</p> <p>9. Na sua percepção, quais são as vantagens ou benefícios da permanência dessas crianças dentro do estabelecimento prisional? E os aspectos menos positivos, acha que existem?</p> |

| | | | |
|---|--|---|--|
| | Infraestrutura prisional; | da criança pode impactar no comportamento das mulheres-mães dentro do estabelecimento prisional. | |
| A importância do acompanhamento técnico | Acompanhamento das reclusas e seus filhos; Rotina de trabalho; Experiência profissional; Desafios; Políticas institucionais; | Essa dimensão busca, através da perspectiva dos próprios técnicos, entender como funciona o trabalho deles com as reclusas-mães e seus filhos, como é a rotina envolvida nesse contato e a dinâmica desse relacionamento e como os profissionais lidam com essa realidade, podendo revelar tantos os desafios quanto as oportunidades encontradas nesse ambiente. | <p>10. Agora gostaria de saber um pouco mais sobre o seu trabalho e a sua rotina aqui... Como é o seu contato com as reclusas mães e as crianças?</p> <p>11. Que aspectos considera mais desafiantes no trabalho com essas mulheres e seus filhos?</p> <p>12. É oferecido algum tipo de formação aos técnicos para lidar com questões relacionadas com a maternidade no ambiente prisional?</p> <p>13. Para finalizar a nossa conversa e com base em tudo que falamos, fazendo um balanço, o que pensa sobre a esta possibilidade legal de os filhos permanecerem com as mães? Há alguma coisa que considere que seria importante mudar?</p> |
| Perguntas gerais de encerramento | | | <p>Existe mais alguma informação que você gostaria de compartilhar?</p> <p>Concluir com os agradecimentos.</p> |

Anexo II: Consentimento Informado

Termo de Consentimento Informado

Exmo.(a) Senhor(a) Dr.(a),

No âmbito do 2º Ciclo de Estudos em Criminologia da Faculdade de Direito da Universidade do Porto, sob a orientação da Professora Doutora Gilda Santos, Professora Auxiliar desta Faculdade, encontro-me a desenvolver uma investigação, intitulada “Perspetiva dos técnicos de reeducação sobre a influência da maternidade na adaptação e reabilitação de mulheres encarceradas e na promoção do desenvolvimento de seus filhos: uma análise das possibilidades e desafios no sistema prisional”.

A sua colaboração neste estudo implica a participação numa entrevista que tem como objetivo explorar as perspetivas de técnicos de reeducação que desempenham as suas funções em estabelecimentos prisionais femininos, que acolhem reclusas mães e seus filhos, relativamente à influência da maternidade no processo de adaptação destas mulheres à prisão, ao impacto da permanência no estabelecimento prisional para a criança e aos desafios no acompanhamento e intervenção com esta população, abordando temáticas como a rotina, os comportamentos, os relacionamentos ou a preparação para a saída, cuja duração se prevê que não ultrapasse os 90 minutos, assim como o preenchimento de um breve questionário sociodemográfico, realizado antes do início da entrevista.

Importa ressaltar que a participação neste estudo é voluntária, tendo sempre a possibilidade de não participar ou de desistência a qualquer momento, sem que haja para si prejuízo de qualquer natureza. Além disso, mesmo que aceite participar desta investigação, V. Ex.^a é livre para não responder a questões com as quais não se sinta confortável.

Caso consinta em participar no presente estudo, todas as informações partilhadas no decurso da entrevista serão confidenciais e anónimas, ou seja, serão utilizadas apenas para fins da presente investigação e não será possível através de nenhum dado recolhido, a identificação de V. Ex.^a. Além disso, os dados recolhidos serão mantidos em local seguro durante o decorrer do projeto de investigação e eliminados após o fim do mesmo, sendo que nenhuma pessoa, para além do investigador e do orientador do projeto, terá acesso aos dados

Além disso, solicito a sua autorização para proceder à gravação da entrevista em formato áudio, uma vez que tal facilita a transcrição da mesma e permite a obtenção de informação mais

detalhada e rigorosa, assegurando-lhe que a gravação será acedida exclusivamente pelos investigadores.

Ao dispor para qualquer esclarecimento que considere oportuno,

Com os melhores cumprimentos,

Ana Júlia Nogueira

Declaração de Consentimento Informado

Eu, _____ (por favor, escreva o seu nome), tomei conhecimento da investigação que se pretende realizar e compreendi os objetivos da mesma. Nesse sentido, _____ (por favor, escreva consinto/não consinto) participar no estudo “Perspetiva dos técnicos de reeducação sobre a influência da maternidade na adaptação e reabilitação de mulheres encarceradas e na promoção do desenvolvimento de seus filhos: uma análise das possibilidades e desafios no sistema prisional”, desenvolvido no âmbito do 2º Ciclo de Estudos em Criminologia da Faculdade de Direito da Universidade do Porto.

Mais declaro que compreendo que a minha participação nesta investigação é totalmente voluntária, estando ciente da possibilidade de desistência a qualquer momento, sem que haja prejuízo de nenhuma natureza para mim. Declaro, ainda, que tomei conhecimento que toda a informação obtida não conterá qualquer dado pessoal que me possa identificar, assim como será utilizada apenas para fins exclusivamente desta investigação, sendo assegurado o meu anonimato e confidencialidade.

Por fim, declaro que _____ (por favor, escreva autorizo/não autorizo) a gravação da entrevista em formato áudio.

Data ____/____/_____

Assinatura _____

Anexo III: Questionário Sócio demográfico

Questionário Sócio demográfico

No âmbito do 2º Ciclo de Estudos em Criminologia da Faculdade de Direito da Universidade do Porto, sob a orientação da Professora Doutora Gilda Santos, Professora Auxiliar desta Faculdade, encontro-me a desenvolver uma investigação, intitulada “Perspetiva dos técnicos de reeducação sobre a influência da maternidade na adaptação e reabilitação de mulheres encarceradas e na promoção do desenvolvimento de seus filhos: uma análise das possibilidades e desafios no sistema prisional”.

Este estudo procura explorar as perspetivas de técnicos de reeducação que desempenham as suas funções em estabelecimentos prisionais femininos, que acolhem reclusas mães e seus filhos, relativamente à influência da maternidade no processo de adaptação destas mulheres à prisão, ao impacto da permanência no estabelecimento prisional para a criança e aos desafios no acompanhamento e intervenção com esta população, abordando temáticas como a rotina, os comportamentos, os relacionamentos ou a preparação para a saída.

O presente questionário, composto por um único grupo, cujas questões visam recolher informações que permitam realizar a caracterização da amostra, é parte integrante do estudo que se pretende desenvolver.

Nota-se que a participação neste estudo é voluntária, tendo sempre a possibilidade de não participar ou de desistência a qualquer momento, sem que haja para si prejuízo de qualquer natureza. Mais se garante o total anonimato dos participantes, bem como a confidencialidade dos dados recolhidos no âmbito deste estudo.

Grupo I: As questões que se apresentam em seguida são sobre si e sobre alguns aspetos da sua vida.

1. Indique qual a sua idade: _____

2 – Sexo: Feminino Masculino

3 – Formação académica:

Licenciatura

Mestrado

Doutoramento

Área de formação académica:

4 – Possui alguma especialização? Sim Não

4.1 – Se sim, qual? _____

6 – Indique quanto anos de experiência profissional tem como técnico de reeducação:

7 – Indique quanto anos de experiência profissional tem como técnico de reeducação trabalhando em estabelecimentos prisionais femininos: _____